

# O Oriente (tão) Próximo

## O Substrato Levantino da Cultura Imaterial do Estuário do Tejo

**L**uís Mata  
Município de Santarém  
luismata1969@gmail.com

---

### *Resumo*

---

O trabalho que seguidamente se desenvolve assume-se como uma leitura (inferencial e disputável) da ocupação do estuário do Tejo. A proposta que apresento pretende abalizar: a) o contributo que emprestaram algumas das línguas semitas ocidentais mais antigas (fenício, púnico, hebraico e siríaco) aos étimos regionais; b) a influência do orientalismo sidérico na alteração dos quadros mental, cultural e religioso dos sítios de habitat.

De modo a construir um modelo interpretativo verosímil, argumentado e coerente (apesar de conscientemente controverso), servir-me-ei dos diversos contributos que, há mais de um século, os diferentes cientistas sociais têm dado à bibliografia local. Também lançarei mão dos mais recentes progressos feitos nos campos da arqueologia sidérica e da filologia oriental.

**Palavras-chave:** Religião; Orientalismo, Toponímia; Santarém; Vale do Tejo

---

### *Abstract*

---

The paper that follows is a reading (inferential and disputable) of the Tagus' estuary occupation. The proposal aims for the analysis of: a) the contribution of some of the earliest Western Semitic languages (Phoenician, Punic, Hebrew and Syriac) to the regional etymons; b) the influence of sideric orientalism on changing the mental, cultural and religious frameworks of habitat sites.

In order to construct a plausible, argumentative, and coherent interpretive model (albeit consciously controversial), I will use the various contributions that the different social scientists have provided to the local bibliography for more than a century. I will also make use of the latest developments in the fields of sideric archeology and Eastern philology.

**Abstract:** Religion; Orientalism, Toponymy; Santarém; Tagus Valley

«A inscrição de uma manifestação religiosa (...) é rica de sentido. Árvores ou fontes sagradas, postes totémicos, templos, igrejas não se situam em qualquer parte. A sua implantação revela uma relação dupla, com o divino e com o terreno, com o sagrado e com o social. Aqui, a topografia, como acontece com frequência, mais do que comodidade natural, é suporte de significação simbólica.»<sup>1</sup>.

São de Jacques le Goff as palavras selecionadas para o introito do presente trabalho. Elas plasmam na perfeição o assunto que me proponho tratar: equacionar a influência da significação simbólica das civilizações do Crescente Fértil na mundividência baixo-tagana<sup>2</sup>. Uma influência bastante precoce (finais do século VIII a. C.) e perfeitamente atestada nos vestígios da cultura material, fortemente orientalizada, quer em termos formais e decorativos, quer funcionais, mas sem aparente paralelo nos domínios da cultura imaterial<sup>3</sup>.

## 1. Substrato linguístico

No estádio atual da investigação parece comumente aceite que os mais vetustos topónimos locais pertencem a um idioma pré-latino, sem que os filólogos e historiadores tenham atinado qual é a sua origem e explicação etimológica<sup>4</sup>.

Para tal dificuldade contribuem as alusões, bastante escassas e lacónicas, ao sítio onde veio a implantar-se Santarém. A este laconismo não são alheias as condicionantes da fixação do vernacular com os grafemas alienígenas, o hibridismo dos nomes, ou as

<sup>1</sup> Goff (1996): 227.

<sup>2</sup> Nesta expressão pretendo incluir a vasta zona do estuário do Tejo, consciente de que as delimitações propostas pelos autores modernos para o «médio» e o «baixo» Tejo não correspondem à realidade geográfica sidérica, já porque o curso do rio sofreu alterações significativas em relação ao que era o «Tejo velho» (braço de rio iniciado junto à Golegã), já porque o assoreamento modificou o fenómeno das marés na região de Santarém, ainda testemunhado, no século X, por Ibn Hawqal, já finalmente porque ao invés de «estuário», dever-se-ia em rigor falar de «estuários», uma vez que, a acreditar em Estrabão (Geografia, III, 3,1), com a maré cheia formavam-se dois estuários no Tejo tornando-o navegável, como uma espécie de 'mar interior', por uma distância de 150 estádios, As duas zonas fluviais deveriam dividir-se junto a Salvaterra de Magos.

<sup>3</sup> Sobre os moldes desta influência, vejam-se, entre outros, Cardoso (1990); Barros *et alii*, (1993); Arruda (2002); Vilaça e Arruda (2004); Cardoso e Encarnação (2013); Sousa (2014); Arruda *et alii* (2014); Pimenta e Mendes (2015).

<sup>4</sup> Em meados do século XX Barata (2015), 18, numa tese à altura revolucionária, já propusera uma radicação pré-latina para Scalabis, sem contudo atinar com a significação: «Scala» em toponímia, pode não ser palavra latina, mas pré-latina e explicar-se quer pela raiz «Kal» - «pedra», precedida de uma espécie de sufixo S, quer pela raiz «Sk» - «altura» e um sufixo «al». Cerca de meio século depois Villar (2000): 154, voltou a defender a hipótese de Scalabis ser a latinização de um nome indígena, \*Scallabi. Refira-se, a propósito, que os topónimos Gadir, Hispalis e Hispania são hoje entendidos como tendo origem semita. Hispânia, pelo qual os romanos conheciam a Península Ibérica, deriva, ao que tudo indica, do feno-púnico 'y špn («ilha/península do norte»). Cf. Lete e Sanmartín (2015); 31 e 777. Sobre a etimologia semítica de Hispânia, cf. Illari (1995).

variantes das respetivas transliterações conservadas nas fontes transmitidas (quase sempre versões helenizadas recolhidas em obras geográficas de época romana)<sup>5</sup>.

As teses tradicionais acerca da etimologia de Santarém têm pendido entre os defensores da matriz greco-latina, os advogados da herança indo-europeia<sup>6</sup> e os promotores do legado árabe.

Quando vistos sob o discurso reconstitutivo aqui proposto, os antigos topónimos do sítio parecem sugerir uma insuspeitada origem semítica. Mais: a sua análise atenta revela: 1º) que muitos dos étimos não são propriamente topónimos, mas sim orónimos e corónimos; 2º) que a onomástica ou toponomástica regional reproduz, de forma mais ou menos literal, a raiz semita, por simples transliteração; 3º) que são identificáveis, embora excecionalmente, processos de epizeuxe (por tradução/retroversão), obtendo-se assim um efeito de insistência e intensificação. Estes fenómenos, bastante comuns e perfeitamente documentados no al-Andaluz, seja nas cidades mais afastadas dos centros políticos e religiosos, seja junto de comunidades recentemente subjugadas<sup>7</sup>, parecem indicar a aculturação linguística das comunidades autóctones<sup>8</sup>.

Importa recordar, a propósito, o peso das comunidades sírias na região do Tejo, mesmo durante o domínio visigodo. As suas relações mercantis com Constantinopla estão documentadas no tempo de Justiniano, entre 527 e 565 e a sua influência no *oppidum* legitimou as proibições impostas por Egica (687-700), em 694, numa tentativa de limitar a sua ascendência no comércio de sedas, vidros, especiarias, escravos e relíquias.

Assinale-se finalmente que a substituição dos topónimos indígenas e a sua substituição por epónimos como resultado de um culto emergente é um fenómeno bem atestado no mediterrâneo desde a Antiguidade tardia. No próximo oriente, onde a aculturação helénica foi mais sentida, esse fenómeno foi magistralmente relatado por

<sup>5</sup> Cf. Sobre as questões colocadas no estudo toponímico, nomeadamente a (in)adaptação de um topónimo a outra língua, a importância do lugar no pensamento e no discurso do autor (seletividade) e, finalmente, a variação do nome consoante o autor e a comunidade que o menciona e/ ou utiliza, cf. Albuquerque (2014).

<sup>6</sup> Depois das teses mais antigas, de base empírica, da radicação latina, os estudos de Schulten e Piel na *Realencyclopädie der classischen Altertumswissenschaft* e, mais recentemente, de Francisco Villar defenderam a filiação ariana. Villar, em particular, procurou radicar filologicamente o sufixo *-ab* na toponomástica indo-europeia, sem grande sucesso em virtude da inexistência de paralelos no espaço hispânico. Sobre a questão dos "Celtas" na Península Ibérica M.A. Fernández Götz, na linha de G. Ruiz Zapatero, defende a existência de um "mosaico" de influências que não são atribuídas, necessariamente, a um "grupo étnico" com o nome de "Celtas".

<sup>7</sup> Cf. Oliveira-Leitão (2011): 31 e nota 82.

<sup>8</sup> Os estudos mais recentes têm confirmado o conhecimento e utilização da língua semítica no estuário do Tejo desde a Idade do Ferro, quer a nível da onomástica, quer da toponímia. Do primeiro caso é exemplo a inscrição funerária fenícia encontrada em Alfama (Lisboa), no espaço dos antigos armazéns Sommer, reutilizada como parte de um muro de época romana, datável de cerca do século VII a.C., onde surge um nome de um indígena escrito em fenício. Cf. Neto et alli (2016). Para o segundo caso merece referência a inscrição fenícia incisa sobre um fragmento anfórico do séc. VIII-VII a. C., encontrada na Praça Nova do Castelo de S. Jorge, em Lisboa. Cf. Zamora López (2014).

Luciano na sua *De dea Siria*, escrito no século II: «Há na Síria uma *polis*, não longe do rio Eufrates e é chamada ‘Santa’ (*Hirē*) e é consagrada (*hirē*) à assíria Hera (*Ēres*). Mas parece-me que este não era o nome (*ounoma*) existente no momento da fundação da *polis*, mas que o antigo (*arkhaion*) nome era diferente e que este epónimo (*epōnumiē*) chegou (*apiketo*) mais tarde, quando os ritos (*hirōn*) se tornaram grandes<sup>9</sup>.

### a. Móron

É referida por Estrabão (64/63 a. C.- c. 24 d. C.), na sua ‘Geografia’ (III, 3, §, 1), nestes termos: «O Tejo tem de embocadura uma extensão de vinte estádios e uma grande profundidade, de modo que pode ser subido por cargueiros com capacidade para dez mil ânforas. Quando as marés têm lugar, forma dois estuários nas planícies que se situam para o interior, de modo que se estende como um mar por cento e cinquenta estádios e torna a planície navegável; no estuário superior circunda uma pequena ilha de cerca de trinta estádios de comprimento, e de largura um pouco aquém do comprimento, fecunda e com belas vinhas. A ilha fica diante de Móron, cidade bem situada numa elevação perto do rio, a uns quinhentos estádios do mar, e também com uma terra fértil em redor e com as navegações fáceis até uma distância considerável, inclusive para grandes embarcações, embora o resto do percurso, apenas para barcos de rio (e acima de Móron, é navegável por uma distância ainda maior). A esta cidade, Bruto, denominado o Galaico usou-a como base de operações quando lutou contra os Lusitanos e os submeteu. [...] poderia ter as navegações desimpedidas e o abastecimento dos víveres, de modo que, de entre as cidades em redor do Tejo\*, são estas as mais poderosas. O rio, por outro lado, é abundante em peixes e está repleto de bivalves»<sup>10</sup>.

A identificação geográfica de *Mōron* [Mōrona, no original grego] não é evidente<sup>11</sup>, apesar de estudos recentes terem identificado, nos Chões de Alpompe, «a inequívoca prova de um fabrico local de *glandes plumbeae*, associada à restante *militaria*», demonstrando «a existência de uma importante ocupação militar romana», com uma cronologia que «não desmente a possibilidade de uma utilização pelos exércitos romanos, contínua ou descontínua, desde os finais do século II a.C. ao período sertoriano,

<sup>9</sup> Mcelduff e Sciarrino (2014): 139.

<sup>10</sup> Deserto e Pereira (2016): 59-60.

<sup>11</sup> É já clássica a controvérsia acerca deste assunto. Sobre a polémica, cf. Oleiro (1956); Diogo (1982); Hock (1988); Fabião et alii (2015).

eventualmente um pouco mais tarde»<sup>12</sup>. Deve então considerar-se irremediavelmente configurada a localização da cidade citada por Estrabão?

Na minha opinião a questão de *Mōron* está longe de resolvida, não apenas devido à distância a que Estrabão coloca a cidade do mar (500 estádios)<sup>13</sup>, como igualmente pela origem linguística do topónimo e sua etimologia.

Começando pela distância, convém recordar que no império romano do ocidente não havia grande preocupação com padronizações e o estádio variava entre as cidades da época. Porém, o tipo de estádio utilizado (itinerário), usado especificamente para medir a distância de uma viagem, tinha um comprimento aproximado de 157,50 m<sup>14</sup>, o que situa *Mōron* a cerca de 78,75 km do oceano atlântico, permitindo identificar a cidade estraboniana com Santarém.

No que respeita à etimologia, ela parece estribada no feno-púnico *mōrom* (\**mrm*), cujo significado genérico é ‘altura’, ‘elevação’<sup>15</sup>.

Como já foi assinalado, «será mais lúcido não exigir ao texto de Estrabão o tipo de informação que ele não consegue dar de forma satisfatória»<sup>16</sup>, sendo aconselhável ver na citação de Estrabão, tal como o substantivo a que se reporta, uma referência oronómica ao planalto de Santarém, constituído por um conjunto de montes com cumes de nível variado. Este prisma permitiria explicar a descoberta, no promontório de São Bento (chamado, na Idade Média, de em monte Irás <\*r’s, ‘extremidade’, ‘ponta’<sup>17</sup>), dos mais antigos vestígios arqueológicos conhecidos (vaso com decoração cardial, datado do Neolítico Antigo e um machado do Bronze final); ou ainda a referência toponímica a «vale de Mourom», atribuída, ainda em 1437, à encosta norte deste monte, junto às Assacaias<sup>18</sup>.

Ora, no planalto de Santarém destaca-se um esporão, cuja extremidade, a oriente, é ao mesmo tempo o ponto mais inacessível e mais próximo do Tejo. Não admira que este local se tenha assumido como o mais propício à instalação de um *oppidum*,

<sup>12</sup> Fabião et alii (2015): 143-144.

<sup>13</sup> Deserto e Pereira (2016): 59, nota 206 consideram a distância como 92,5 km.. Cf. *Astronomy*. London: Rathbone Books Limited.

<sup>14</sup> Hoyle (1962).

<sup>15</sup> O filólogo José Pedro Machado, no seu artigo dedicado a *Móron*, considera que «Embora Estrabão escrevesse em gr., reproduziu decerto um top. local pré-romano», acrescentando que «Esse pode talvez ser celta e significar *monte*». José Pedro Machado (1993), vol. II., p. 1024. A raiz *mrm* está atestada em várias línguas antigas, incluindo o ugarítico, o fenício e o púnico. Cf. Olmo Lete e Sanmartín (2015): 569. Os topónimos Marão, (Al)morol, Mourão, Moura ou Marvão (< Hb., Aram, *mrwm*, ‘pico da montanha’, ‘sítio elevado’, ‘altura’) têm a mesma origem.

<sup>16</sup> Deserto e Pereira (2016): 18.

<sup>17</sup> Murtonen (1989): 436.

<sup>18</sup> Beirante (1980): 186, nota 59.

nomeadamente a partir da I Idade do Ferro, quando a lógica da guerra passa a dominar o quotidiano.

A estes argumentos, que alguns julgarão débeis ou descontextualizados, juntarei um outro. O topónimo Alpompe deriva, tudo o indica, do feno-púnico *pōm* (\**p*'*m*), 'pé'<sup>19</sup>, ao qual se acoplou, em prefixo, o artigo árabe *al-*, e em sufixo a respetiva tradução em latim-romance.

A razão do topónimo explica-se precisamente pela sua proximidade com o povoado indígena de Mōrom/Móron: *al-pōm*, 'ao-pé', 'junto', confirmando, portanto, as informações de Estrabão, segundo o qual a cidade serviu de «base de operações» (isto é, de quartel-general) do cônsul Décimo Júnio Bruto. É de resto a topografia do local e a sua potencialidade militar que explicam a importância do sítio arqueológico de Chões de Alpompe. A planura do local (chã) oferecia as condições ideais de assentamento militar, segundo os modelos romanos, justificando as características dos vestígios materiais daí oriundos<sup>20</sup>. Eles comprovam a utilização militar do lugar, que terá sido servido de estabelecimento militar romano, desde os finais do século II a.C. até ao período setoriano. Identificam, portanto o *ubi* onde, cerca de 138 a. C., estacionaram as tropas do cônsul Décimo Júnio Bruto. Um *ubi* que era efetivamente 'um' *mōrom*, isto é, um monte. Mas não 'o' *Mōron* de que falava Estrabão, que designa, o monte (ou montanha) onde veio a instalar-se o *oppidum* pré-romano. No cume desse monte, que os indígenas chamavam *marym* (\**mrym*), 'alto', 'topo', 'cume'<sup>21</sup>, instalou-se, como veremos, a fortificação, ou castro pré-romano; no seu sopé e ao longo do rio acomodou-se a povoação.

Esta matriz genética do sítio, recorde-se, encontra-se ainda perfeitamente atestada nas fontes árabes que descrevem Šantarîn. Muhâmmad ibn al-Râzî (m. 890) refere-se a um «castelo» situado num «monte muito grande e muito alto e muito forte»; al-Idrisi, cujo relato data de 1152-1154, fala de uma «cidade» localizada numa «montanha alta»; e os geógrafos undecentistas Ibn Abdun e Ibn Ghalib mencionam a «fortaleza que [...] é uma cidade muito extensa» e uma cidade (madina) «extrema na sua inacessibilidade»<sup>22</sup>.

<sup>19</sup> Olmo Lete e Sanmartín (2015): 648.

<sup>20</sup> Fabião et alii (2015).

<sup>21</sup> Olmo Lete e Sanmartín (2015): 572; Takács (2007): 368. Nesta raiz etimológica devemos ver o topónimo Almeirim, que deflete a acoplação do artigo árabe *al-* com o substantivo *marym* (\**mrym*). O vocábulo é explicitamente mencionado pelo menos em duas inscrições fenícias (KTU 1.3iv: 1, 37.38; 1.4 v:23). Cf. Van der Toorn et alii (1999): 133. Com ele se relaciona os topónimos Alto do Castelo, em Alpiarça, bem como Castro Marim.

<sup>22</sup> Cf. Viana (2007): 60.

## b. Scalabis

Aparece documentada, pela primeira vez, na *Naturalis Historia* (liv. IV, § 117) de Plínio, o Velho (23-79) escrita cerca do ano 77. O autor faz a primeira menção explícita à povoação, chamando-a «*Scalabis*» e explicitando «*quae praesidium Iulium vocatur*».

A mesma grafia é repetida, quer no *Antonini Itinerarium* (c. 200-215), quer nas inscrições epigráficas latinas constantes do *Corpus Inscriptionum Latinarum*<sup>23</sup>. Aparece ainda no *Chronicon* de Idácio de Chaves (ca. 395 – d. 468), o qual, ao referir-se à tomada da cidade romana, em 460, pelo visigodo Sunerico, a designa *Scalabim*.

As fontes latinas documentam, portanto, a existência de um outro *ubi* indígena, de nome *Scalabis*, a que os romanos chamavam ‘acampamento de Júlio’. Mas onde se localizava e o que identificava este *ubi*?

Alguns historiadores actuais quiseram ver em *Scalabis* uma referência à ilha que Estrabão localiza junto a *Móron*, a qual teria dado nome à *colonia scalabitana*, estabelecida aos pés de *praesidium Iulium*<sup>24</sup>. Uma releitura das fontes disponíveis pode ajudar nesta problemática questão, muito embora exija a elaboração de uma hipótese interpretativa, de base linguística.

Segundo esta hipótese, *Scalabis* seria a grafia romana de um nome indígena, de origem fenícia, ou púnica, transliterado para grego e deste para latim. Do nome inicial faziam parte duas palavras: \**škl*, ‘senhor’<sup>25</sup>, e \**bt*, ‘casa’, ‘edifício’, ‘residência’. O nome *škala bīt*, significaria portanto ‘residência do senhor’<sup>26</sup>, identificando o reduto (*castrum*) do *oppidum* indígena, o local de residência do chefe tribal.

Da primeira para a segunda transliteração, o shin transformou-se em Σίγμα [S], o kâp (oclusiva surda) e o lamed mantiveram-se, respectivamente em Κάππα [k] e Λάμβδα [l], ambas vocalizadas com um Άλφα [a]<sup>27</sup>: *škl* > *skala*. Da segunda para a terceira transliteração perdeu-se o espaçamento entre as palavras; o Κάππα [k] da primeira palavra perdeu espaço para o [c]; na segunda palavra manteve-se o Βήτα em [b], o Ύψιλον [Y] evoluiu para [i], declinado no caso genitivo [is], tendo desaparecido o Ταῦ final: *skala byt* > *scalabis*.

<sup>23</sup> Cf. C.I.L., vol. II: *Inscriptiones Hispaniae*: . 35, 85, 813 e 1030.

<sup>24</sup> Mantas (1996): 592 e Alarcão (2002): 40, citados por Viana (2007): 156 e nota 25

<sup>25</sup> Olmo Lete e Sanmartín (2015): 803 colocam, como hipótese, as traduções de ‘ministro’, ‘vizir’. O termo ‘senhor’ (lat. *dominus*, arab. *wali*) parece aqui mais adequado

<sup>26</sup> Olmo Lete e Sanmartín (2015): 243

<sup>27</sup>Esta forma ainda transparece, de algum modo, nas fontes árabes (al-Rumi e al-Himyari, ambos do século XIII), da mesma família linguística da palavra original.

Esta análise permite corroborar as indicações das fontes medievais<sup>28</sup>, aferindo a vocação primeva do esporão: a de cidadela. Aí se encontrava o local de residência do senhor local, subjogado pelos romanos. Aí se instalou, no tempo de Caio Júlio César, o acampamento da colónia militar dos dominadores, por isso cognominada de *praesidium iulium*.

### c. Santarém

Genericamente considerada como hagiónimo, pelo menos desde o século XIV, resultante do culto de Erene, virgem natural de Nabância.

O registo do culto é documentado pela primeira vez no calendário do santoral do antifonário visigótico da catedral de Leão (meados do século X)<sup>29</sup>, através da lacónica referência «Sancte Erene virginis in Scallabi Castro». Embora coeva, a entrada é seguramente de punho posterior, mais concretamente de meados do século XI<sup>30</sup>. Note-se que nesta altura a vila ainda mantinha a sua designação pré-romana.

A liturgia deu origem à lenda, certamente transmitida pela tradição oral, como se depreende dos testemunhos de Gil Esteves, Domingos Pais Rosado e Pedro Pombo, todos moradores e vizinhos de Tomar, numa inquirição feita à vila em 1317<sup>31</sup>. A mesma origem parecem ter tido, quer a *Al-ḥulal al-sundusiyya* (fonte magrebina anónima onde se

<sup>28</sup> Por cidadela entende-se o equivalente aos termos latinos *castrum* e *oppidum*, árabes *hisn* e *qal'a* e à cristã medieval *castellum*. Para além das fontes clássicas a que acima fizemos referência, a expressão «castro» volta a ser recorrentemente utilizada, quer em códices cristãos medievais, desde o século X – nomeadamente no *Antifonário de Leão* (séc. X), na *Vida de Martinho de Soure* (post. a 1145) e no relato de um cruzado inglês (1147) –, quer em documentos avulsos datados dos séculos XIII e XIV. Cf. Viana (2007): 46, nota 5.

<sup>29</sup> O Antifonário de Leão é um manuscrito em pergaminho de 306 folios, datável de meados do século X e com acrescentos do século XI. De proveniência desconhecida (Mosteiro de São Cipriano de las Riberas del Porma, ou Beja?), foram seus copistas Teodemundo (bispo da diocese salmantina até 960?) e Arias (identificável com o notário galego Arias Didaci), autor de um *quaterno* e responsável pelas iluminuras. O manuscrito teve por destinatário o abade Ikilano (917-960), a quem se dirige a dedicatória da folha 1v. É provável que o códice tenha tido como fonte o antifonário do rei visigodo Vamba (672-680), conforme é sugerido na folha 25 v, mas até ao momento este antifonário não apareceu. Acerca deste códice veja-se os trabalhos de Garcia Villada (1919): 38-40; Zapke (2007): 252; Deswarte (2013); Díaz y Díaz (2007).

<sup>30</sup> Uma análise da entrada de Erene no códice do rei asturiano, que Pierre David considera de segunda mão, é feita por Aires A. Nascimento (2017): 40-48. O autor não avança com a data da entrada para a emenda do culto, que admite posterior, embora contemporâneo. Ora, se são documentados acrescentos por volta de 1060, feitos pelo punho de Arias, não será admissível ter sido ele o autor da emenda? Sobre o anacronismo da emenda cf. David (1947): 207.

<sup>31</sup> Costa (1972): 4. Uma resenha sobre a questão da lenda de Santa Iria pode ler-se em Nascimento (2014). A inquirição de 1317, acerca da fundação de Tomar e da intervenção dos primeiros mestres provinciais da Ordem, entre eles D. Gualdim Pais, foi transcrita por Gomes (2015): 11-23. Aos textos medievais, quase sempre pouco descritivos e bastante concisos, as versões seiscentistas e setecentistas foram fazendo aditamentos cada vez mais romanceados, centrados sobretudo na última fase da vida da santa (i.e, depois do seu assassinato por Banam).

explicita que «Šantīrīn, é Santa Iréne, uma santa célebre entre os hispanos»<sup>32</sup>), quer os relatos hagiográficos cristãos (*Breviários* bracarenses de 1470, 1478, 1494 e 1512 e *Flos sanctorum*, na sua versão de 1513).

O étimo está longe de ser consensual, quer do ponto de vista histórico, quer linguístico. Já noutro local assinalai as profundas fragilidades da radicação hagiográfica: em primeiro lugar pelo anacronismo de que se reveste a presença, em 653<sup>33</sup>, de um mosteiro beneditino na região de Tomar; depois pela paradoxal discrepância entre as formas eruditas (Eirene > Irene) e populares (Eyrea > Iria) do nome da ‘virgem visigoda’<sup>34</sup>; finalmente pela insanável contradição da argumentação linguística, que não encontra confirmação noutras localidades do antigo termo de Santarém, como Leiria.

A decifração filológica do étimo é dificultada pelas inconstâncias ortográficas com que a contração silábica é vocalizada, seja nos diversos autores islâmicos (orientais e andaluzes) dos séculos X-XV<sup>35</sup>, seja nas fontes cristãs. Naquelas o topónimo نيرتتش é vocalizado ora com [i] (Šantirīn) – fontes mais antigas –, ora com [a] (Šantarīn). Nestas, pelo contrário, as mutações multiplicam-se: *Sanctæ Iren* (985), *Sancta Herena* (1055-1065), *Sanctaren* (1088, 1183), *Sanctæ Herenæ* (1095), *Sanctæ Herene* (1147), *Sancte Herene* (1182), *Sanctarena* (1262, 1265, 1306)<sup>36</sup>.

Sejamos claros: a proximidade gráfica e até fonológica entre as formas latinas do nome da santa e algumas variantes do topónimo parecem autorizar a tese tradicional. Mas será esta a única explicação possível? Se é incontestável que as lendas populares, quando conjugadas com a tradição litúrgica, encerram indícios factuais que merecem a análise do historiador, que indícios existem na narrativa hagiográfica que nos possam ajudar a esquadriñar uma alternativa analítica? Não terá sido exactamente a semelhança fonológica que esteve na origem do alegado hagiopónimo?

<sup>32</sup> Kharyush, sem indicar exactamente a fonte, cita o autor: «Šantīrīn, ay "al-qiddīsa īrīna", wa-hiya qiddīsa šahīra ‘inda l-Isbān », Kharyush (1984): 23. A referência em causa é citada num estudo inédito de Adel Sidarus, a quem agradeço penhoradamente.

<sup>33</sup> Convém notar que a própria data em que se situam os acontecimentos relacionados com Iria não é consensual: o livro 50 de Santa Cruz de Coimbra, datado de 1531, aponta para 1153, contrariando um outro códice da mesma proveniência, que recua a narrativa para 1053. Avelino Jesus da Costa, «Santa Iria e Santarém», p. 6, quis ver na discrepância um erro de leitura paleográfica, resultante de um alegado encavalgamento de dois signos gráficos que em MLIII devem ser revertidos para DCLIII. Cf. Aires A. Nascimento, Santa Iria, *ob. cit.*, p. 36, nota 24 e p. 91.

<sup>34</sup> Esta insanável diferença motivou os mais abstrusos argumentos linguísticos e esteve na base da dificuldade em identificar a naturalidade (grega ou lusitana) da santa. Ainda recentemente Aires A. Nascimento (2017): 69, invocou a fonologia para explicar o nome de Irene, que corresponderia à forma grega Eirene, já com a redução do ditongo inicial a vogal. A evolução diacrónica da língua grega sustentaria, segundo o mesmo autor, a passagem a Iria. De facto, na pronúncia itacista, já contemporânea do século I a.C, o ditongo grego "ei" e a vogal eta passaram a ter o valor fonético de "i".

<sup>35</sup> São eles al-Istakhrī, al-Rāzī, Ibn Sa‘īd, al-Hamawī, Abū l-Fidā Hamā e Al-Qalqashāndī

<sup>36</sup> Machado (1993): 1309-1310.

Se juntarmos os argumentos já anteriormente apresentados com as diversas designações que historicamente teve o padrão de Santa Iria ('penedo', 'pego', 'malhão') e com o local da sua implantação (o Arnado), parece-me lícito pressupor que o topónimo cristão nasceu do latinismo *Sancta Arenæ* ('santa das areias'). A grafia medieval do nome da 'santa' nabantina, («*eyrea*») demonstra ser a forma em latim-romance de *arena*, do qual resulta, por sua vez, o nome popular Iria. Semelhante evolução denota o microtopónimo Areeiro, situado no caminho da Fonte da Junqueira, arredores de Santarém, designado no século XIV por «Ereyro»<sup>37</sup>. Recorde-se que Nossa Senhora das Areias é padroeira em Chãos (c. Alcobaca), S. Jacinto (c. Aveiro), Pederneira (c. Nazaré), Areias (c. Ferreira do Zêzere), etc.

Porém, como noutro local defendi, o nome Iria esteve relacionado, inicialmente, com a palavra *yārēah* (\**yrh*) 'lua', atendendo à forma como este corpo celestial é denominado em augúrios e à importância simbólica da lua na marcação da paisagem e do calendário ritual de diversas religiões, particularmente visível no megalitismo funerário. Uma importância que se manteve apesar das profundas transformações políticas, sociais e económicas a que a Europa ocidental assistiu após o colapso do império romano, durante os finais do século IV e o século V, quando bispos, monges e membros do clero emergiram como importantes fontes de autoridade, ajudando a criar um novo quadro do sagrado, constituído por igrejas e santuários de santos e por uma complexa rede de locais de culto e peregrinação que não deixaram de gerar alguma polémica teológica.

Apresentada que está a proposta de leitura para as grafias latinas, importa agora analisar as variantes islâmicas. Ora, ao contrário que até aqui tem vindo a ser assumido, elas afiguram-se-me mais do que a simples transliteração, para o sistema de escrita árabe, da grafia cristã.

A análise comparativa das fontes islâmicas parece confirmar a existência de duas palavras, articuladas por contração. Isso mesmo é, de resto, especificamente referido, no século XII, pelo geógrafo oriental Yāqūt al-Hamawī (m. 626/1229): «(Trata-se de) duas palavras articuladas: Shanta, é uma palavra, e Rīn (é outra) palavra, como se explicou anteriormente»<sup>38</sup>.

Na primeira palavra, *تنش*, (*šnt*), diversos autores têm visto o latim-romance *šant*, ou seja, a forma novilatina do adjectivo de primeira classe *sanctus*, *a*, *um* ('sagrado',

<sup>37</sup> Beirante (1980): 130.

<sup>38</sup> Rei (2007): 68.

‘santo’)<sup>39</sup>. A forma como a palavra é vocalizada é explicada por Abū-l-Fidā: «(Vocaliza-se) com *a* o šîn dotado de pontos diacríticos; ausência de vogal no nûn.». Porém, o próprio Yāqūt, falando de Šant Ulāliya, explica que o primeiro elemento (Šant) se encontra em vários topónimos, parecendo (*azunnu*) significar ‘localidade’ (*balda*) ou ‘região/distrito rural (*nāḥiya*)’. Note-se, a propósito, que em ugarítico *šánt* (plural de *šîn*) tem o significado de ‘fronteiras’, ‘limites’, ‘bordas’, ‘orlas’<sup>40</sup>, o que valida a indução do autor oriental.

Quanto a *irīn/arīn*, convém esclarecer-se, antes de mais, que, de acordo com o sistema de escrita semítico, a palavra revela uma raiz biconsonântica (rn), na medida em que em árabe o *ʕ* (*ya*) é uma vogal longa: para al-Hamawî: «(Em) Rîn o ra é vocalizado com *i*; o ya é [mesmo] com dois pontos em baixo; e nûn»<sup>41</sup>; para Abū-l-Fidā «*i* na (letra) que tem dois pontos por cima; o ra é desprovido de qualquer ponto; ausência de vogal na (letra) que tem dois pontos por baixo; e no fim dela está um nûn.»<sup>42</sup>.

A transliteração do árabe (*irīn/arīn*) tem sido vista como reproduzindo o som Irene, hipótese filologicamente defensável e a que imediatamente ocorre ao erudito. Porém, alguns indícios, que adiante desenvolverei, consentem a apresentação de uma explicação alternativa: *arōn* (\**ʕrn*), um substantivo masculino perfeitamente atestado no léxico das línguas semíticas ocidentais, embora de etimologia desconhecida.

Além do fenício, hebraico bíblico (*arōn*), cristão palestiniiano, siríaco e arábico (*irān*), esta palavra surge num conjunto de inscrições próximo-orientais e no babilónico tardio como um estrangeirismo. Se nos textos bíblicos (onde surge cerca de 200 vezes) tem normalmente o significado de ‘arca’, ‘cofre’, nas inscrições funerárias é geralmente utilizado como ‘sepulcro’, ‘sarcófago’, ‘ossário’<sup>43</sup>.

A aceitarmos esta inferência, *Šantirīn* (< *Šant irīn*) traduzir-se-ia por «limites do túmulo», demonstrando assim que as fontes árabes *Šantarin* um ‘estrangeirismo’, utilizado ainda a sentido original, ou seja, o do túmulo como elemento identitário, marco arquitetónico e territorial e limite das terras cultivadas. Explicando o sentido das

<sup>39</sup> Oliveira-Leitão (2011): 31 e nota 82 defende que *šant*, em tradução directa do romance, surge atestado, por exemplo, nos nomes árabes de Faro (*Šantamariyya al-Ġarb*), Simancas (*Šant Mankaš*), Santarém (*Šantarīn*) ou ainda Santiago de Compostela (*Šant Yāqūb*).

<sup>40</sup> Olmo Lete e Sanmartin (2015): 785.

<sup>41</sup> Cf Rei (2007): 68.

<sup>42</sup> Idem: 70.

<sup>43</sup> Abdelaziz e Rababeh (2008): 177. Sobre os vários contextos da utilização da palavra, cf. Zobel (1997). Para os significados nas várias línguas semíticas cf. Olmo Lete e Sanmartin (2015): 100; Murtonen (1989): 101; Evans (2003): 7-12. Sobre a presença tardia de arons, com a função de arcas, em Portugal, consulte-se Barroca (2001). Com a palavra semita se relaciona certamente o *herōon* (gr. ἡρώον), originalmente um túmulo monumental ou santuário, de várias formas e tamanhos, dedicado a um herói, frequentemente contendo ou marcando a sua (suposta) sepultura.

descrições dos geógrafos árabes, que testemunham que o Saqlab é um dos distritos de Santarém, onde se encontram as melhores terras do sítio.

Pode assim admitir-se que o nome desse sepulcro (pré ou proto-histórico, mas certamente alterado nos séculos seguintes) era conhecido entre a comunidade moçárabe sob o nome Šantirīn/ Šantarīn. Apesar de cristianizada (em 653?), a denominação conviveria, sob o domínio visigodo, com a sua correspondente latina (*Scalabis*), suplantando-a a partir do século XI como designação de habitat. Estaríamos portanto perante um hagiotopónimo gerado (consciente ou inconscientemente) a partir da existência de um *tumulus* eventualmente levantado sobre um *bustum* individualizado (personagem heroicizado – antepassado, ou ‘homem santo’, no sentido do siríaco *mar*, ou do arábico *walī*)<sup>44</sup>.

Esta asserção parece reforçada pelas referências documentadas das peregrinações ao santuário ribeirinho, bem como à ‘sepultura’, ou ‘túmulo’ mencionado nos relatos hagiográficos. Segundo o texto do códice crúzio de 1531, «Dirigiu-se ele [abade Sélio] com uns monges de armas e outra gente ao dito lugar. Então a mando de Deus, o Tejo recolheu-se ao seu leito, ficando à vista uma parte de terra seca e aí ficou à vista uma sepultura perfeitamente adaptada para aquele corpo santo. Não podendo removê-la daquele local, compreenderam que Deus queria que fosse ali sepultada e regressaram a casa.»<sup>45</sup>. E Ignácio de Vasconcelos, em meados de setecentos, descreve que: «Na forma que Deos lho advertio, assim o fes o Santo Abbade, e chegando ao dito sitio com os Monges do seu Mosteiro, com toda a gente de Nabancia, e de todas suas comarcas, assim do ecclesiastico, como do secular; mandado pelo poder do Altissimo, fes o Tejo sua reverencia, que fes o rio Jordão, em docoroso respeito pela Arca do Testamento, e povo de Deos, pois / retorcedeo atrás a sua corrente, fazendo sólido caminho a todos os que quisessem com a firmeza das vistas, empregar os olhos naquela preciosidade, da qual era decente cofre, hum miraculoso, e angelico tumulo. Chegárão ao sepulchro, que parecia ser de alabastro, abrirão-no, e logo acharão dentro o santo cadáver envolto na túnica interior»<sup>46</sup>.

---

<sup>44</sup> Recorde-se que o monumento da Tera (Pavia, Mora), em uso entre os séculos VI e V a. C., corresponde a um recinto megalítico, composto por diversos menires, que teriam estado dispostos aparentemente em torno de um grande *tumulus* ou empedrado. Sob ele se efectuaram as deposições funerárias em urna e aparentemente em fossa. Cf. Rui Mataloto (2007): 135. A existência de *busta* do período romano está atestada em Portugal, nomeadamente na Encosta de Sant’Ana (Lisboa), Horta de Pinas (Elvas), Gondomil (Valença) e Monte da Vinha 2, S. Manços (Évora). Em contrapartida, sítios romanos com urnas de cremação são comuns em Portugal estendendo-se a sua distribuição por grande parte do território nacional. Cf. Gonçalves *et alii* (2010).

<sup>45</sup> Nascimento (2017): 106.

<sup>46</sup> Vasconcelos (1740): 372-373.

Pelas razões que abaixo explicarei, é quase inevitável que o túmulo descrito nas hagiografias de Iria identifique um monumento megalítico/santuário rural. Este santuário seria consagrado a uma divindade protetora e delimitado como área sagrada (tipo *temenos*). Poderia incluir um espaço para culto à divindade, certamente com um nicho (*úrbt*)<sup>47</sup> e um monólito (*mazzebah*), considerado como lugar permanente ou símbolo da divindade.

#### d. Alporão

A fortificação do castro sidérico (*Scalabis*) ocuparia apenas cerca de metade da área total do esporão. A ocidente da cerca muralhada e eventualmente a ela adossada, existia um espaço intersticial que os autóctones designaram preferencialmente *Alpram*, e depois, tardiamente, *Alporão*.

Vários autores, na esteira de João Pedro Machado, tentaram ver no étimo uma moçarabização da forma latina *ad planum*. A palavra parece-me, ao invés, derivar *al-bīrân*, dual de *bīr* ‘os dois poços’<sup>48</sup> (que por aqui se pronunciará *būr*), fruto da existência dos poços (barreiras, barrancos, ou como são localmente designados, *barrocas*) adstritos aos dois montículos que se elevavam a ocidente da Alcáçova, bem marcados ainda na cartografia setecentista.

O autor do relato da conquista de Santarém, ao escrever por volta de 1164, assegura ter sido sob o domínio do *wali* almorávida, Yahya ibn Ghaniya<sup>49</sup>, algures entre

<sup>47</sup> Os nichos destinados ao culto estão documentados nos santuários semíticos, nomeadamente em Ugarit. Cf. Getz Jr. (2011). Curiosamente no santuário da Fonte do Ídolo, em Braga, surge representada uma estrutura deste tipo.

<sup>48</sup> Da mesma raiz derivaram os topónimos Alvorão, no concelho de Torres Novas. Elbron é, segundo João Pedro Machado (1993): 117, a variante antiga deste topónimo. É, provavelmente, a esta variante que se refere o topónimo Ebraz (actual Abrã?), situado nas imediações do monte denominado Pernes pelo monge crúzio relator da conquista afonsina,

<sup>49</sup> Ibn Ghaniya, mais conhecido pelo seu patronímico (*kunya*) Abû Zakariyya’ (o Abzechri das fontes cristãs) era membro da conhecida casa dos Banû Ghâniya, aparentado com o primeiro emir da dinastia Yûsuf ibn Tashfin. Figura de proa do poder periclitante da dinastia berbero-saariana, nasceu em Córdova, em data desconhecida, tendo falecido em Granada, entre Dezembro de 1148 e Janeiro de 1149. Atuou como último governador almorávida do al-Andaluz, cargo para o qual fora nomeado pelo emir almorávida Ali ibn Yusuf em 1126-27 e que manteria até ser sido destituído pelos almóadas. Desde a data da nomeação governava a região ocidental andalusí a partir de Córdova (após a sua peripécia taifal em Múrcia e Valência), à qual juntou, a partir de 1134, a região de Sevilha. Em 1144 abandonou Múrcia e Valência, sendo transferido para Sevilha por ordem do emir Tashfin Ibn Ali. Nesse ano, de acordo com o historiador e polígrafo Ibn al-Khatîb (séc. XV), teve que enfrentar uma série de revoltas que sacudiram todo o al-Andaluz, afetando zonas tão importantes como Niebla, Jerez de la Frontera, Cádiz y Badajoz, ou, em território nacional, Algarve e Santarém (então governado pelo ‘*âmil* Labîd Ibn ‘Abdallâh). Algumas das localidades sublevadas transformaram-se em cidades-estado que desembocaram no segundo período de taifas na Península. Até à sua morte manteve-se em Granada, tendo o seu desaparecimento arrastado a própria dinastia almorávida. Sobre esta personagem veja-se Sidarus (2007).

1126 e 1144, que este interstício ocidental («que uocatur Alplan») foi terraplenado com objetivos estratégico-militares «com terra transportada aos ombros por cativos» e reforçado com «muralhas, cavas [fossos] e torres»<sup>50</sup>. A grafia inicial seria arabizada pela substituição do *ba* árabe pelo *p* latino, motivando o equívoco etimológico, quer do autor do *De expugnatione Scalabis* (para quem «chamam de Alplan, pois, em comparação com o precipício que há em toda a volta, pareceria uma planície») <sup>51</sup>, quer das restantes formas documentáveis no século XIII: Adplam (1243) e Alplam (1252 e 1287)<sup>52</sup>.

Nesta área intersticial se localizava uma das necrópoles do castro baixo-imperial, cujos diferentes níveis de ocupação foram recentemente identificados pela intervenção arqueológica realizada junto à cabeceira da Igreja do antigo mosteiro hospitalário de S. João Baptista, em plena judiaria<sup>53</sup>.

### e. Pereiro e Valada

O topónimo Pereiro tem alimentado as mais diversas explicações. Segundo creio, o nome estriba-se em *parāra* (\*pr̄r), ‘partido’, ‘separado’<sup>54</sup>. Trata-se certamente de um resquício do modelo de ordenamento municipal romano, correspondente a um enclave, de propriedade não-municipal, provavelmente privada (isto é, do fundador da colónia) e imune às leis do município.

É bastante possível que, sob dominação muçulmana, os almorávidas tenham usado este antigo enclave romano como moradia privada do senhor (*wali*) ou na sua ausência, do governador (*‘āmil*), explicando assim o sentido polissémico que a palavra Valada, grafada fontes árabes como *Balāt*, apresenta.

<sup>50</sup> Desde o século XI as muralhas de Santarém terão sido constantemente reforçadas. Na sequência da tomada de Lisboa (e talvez Sintra) de 1094 e do foral concedido por Afonso VI, em Novembro de 1095, grandes obras de fortificação foram implementadas, tornando Santarém, no dizer de ibn ‘Abdūn de Évora, na melhor protegida das praças-fortes (*qal’a*) cristãs. Depois da tomada da cidade-fortaleza pelo general Sīr ibn Abī Bakr, em Maio de 1111, *Šantarīn* tornou-se de novo um importante enclave islâmico, com as correspondentes obras de reforço do flanco muralhado ocidental, mais exposto aos ataques cristãos. Cf. Sidarus (2007): 323.

<sup>51</sup>Nascimento (2005): 1229.

<sup>52</sup> Viana (2007): 58-59 e nota 61.

<sup>53</sup> Segundo Liberato (2012) a ocupação humana desta área iniciou-se com uma necrópole de incineração, certamente utilizada pela população concentrada na Alcáçova, tendo sido identificadas várias deposições em urna e um possível *ustrinum*, contextos genericamente enquadráveis no período alto-imperial. Posteriormente e de forma aparente ininterrupta, o espaço foi sucessivamente acolhendo inumações cujas características seriam consonantes com as soluções e evoluções decorrentes dos rituais funerários praticados nas urbes peninsulares entre os séculos III e X.

<sup>54</sup> Olmo Lete e Sanmartín (2015): 670. Sourdel (1986): 987.

Com efeito, a raiz de *Balāt* radica, tudo o indica, num estrangeirismo que os árabes utilizaram na acepção da raiz semítica original<sup>55</sup>, isto é, de território (*balad*) autónomo, sob a jurisdição de um *palatium* (*paço* ou *palácio*). O termo *balāt* adquiria, portanto, o sentido de estrutura defensiva de tipo dominial, distinguindo-se de *qaṣr*, derivada do grego *kastron*, que tinha o sentido genérico de ‘lugar fortificado’<sup>56</sup>, residência habitual do alcaide (*qā'id*).

Esta abordagem explica, de resto, o sentido coronómico que os geógrafos árabes (al-Idrīsī, Yāqūt e al-Himyarī) fazem de *Balāta*, utilizada no sentido de ‘região/distrito rural’ (*nāḥiya*)<sup>57</sup>. Ela definia um grande latifúndio que era propriedade privada do *wali*, constituindo-se, com os reis cristãos, como reguengos. Ao *wali* Yahya ibn Ghaniya (Abu Zakkariyyā), referido nas fontes cristãs por Abuzicri, deverá ter pertencido uma das cinco lezírias elencadas em 1222 sob nomes arabizados, localizada na zona de Porto do Salazar<sup>58</sup>.

Quer o Vale da Pedra, junto a esta povoação, quer o de Caçarabotão (étimo que designava, no século XII, os campos marginais do Tejo entre o vale do Sorraia e a Ribeira de Muge, referido na documentação a partir de 1275), poderão ser testemunho deste compartimento territorial: o primeiro topónimo remete para o marco de divisão que o limitava; o segundo corresponde à grafia arabizada de *šašara bitum*, ‘palácio de adobe’, indicando o local de residência do senhor das terras, ou seja, o palácio do castelo de Valada<sup>59</sup>.

Esta função residencial do Pereiro manteve-se até ao reinado de D. Fernando, já que era aí que os reis de Portugal tinham outros paços, integrados na estrutura acastelada de Valada e sobre os quais quase tudo se desconhece excepto o facto de estarem já muito arruinados nos inícios de Quatrocentos<sup>60</sup>.

<sup>55</sup> Bloom e Blair (2009): 98 interpretam a palavra como indicadora do lugar físico, isto é do palácio. Mais recentemente Rolland vem clarificar a polissemia da palavra, vendo *balāta* como uma simples derivação da raiz semítica *بَلَطَ* *blṭ*, ‘cortar’, ‘separar’. Cf. Rolland (2016).

<sup>56</sup> Porém, quando derivado do grego *πλατεία* (*platéa*), via aramaico, o termo tinha o sentido literal de ‘pavimento’, podendo, na sua grafia mais rara, *balāta*, designar uma laje de qualquer tipo de material utilizado para pavimentar o chão ou para erigir uma inscrição monumental ou memorial, adquirindo, neste caso, o sentido de ‘estela’.

<sup>57</sup> Rei (2005): 68.

<sup>58</sup> Boissellier (1999): 477, nota 95, citado por Viana (2007): 162, nota 65. O nome da lezíria é, segundo o autor, «Abbuacatim», o que deve tratar-se de uma leitura errada do documento, ou erro de grafia do tabelião.

<sup>59</sup> Cf. Boissellier (1999): 138, nota 188, cit. por Viana (2007): 162, nota 63.

<sup>60</sup> Em 1404 D. João I doa um chão do castelo ao concelho para instalação do curral do gado. A estrutura palatina sofreu depois diversas transformações para residência do príncipe Afonso, bastardo do mestre de Avis e marido de D. Beatriz, filha de Nuno Álvares Pereira. Finalmente, em 1590, o paço foi doado aos Arrábidos pelo duque D. Teodósio, para nele construírem o Convento dos Capuchos.

## f. Ónias

Tem uma legião de seguidores a explicação para o topónimo Ónias. À alegada uma origem latina (< omnia), alternou-se a radicação árabe (*munya*)<sup>61</sup>, ambas com significado similar de ‘horta’, ‘pomar de plantação variada’.

Se a radicação latina é frágil, pois não consta que o substantivo tenha sido usado neste sentido, a etimologia árabe tem contra ela o facto do português medieval ter um equivalente directo (almuinha), não parecendo crível que tenham existido duas palavras em latim romance para a mesma palavra árabe. Ambas esbarram também nas grafias documentadas para o século XIII: Onia (1223, 1240 e 1243), Oonya, Ounia, Ouniam e Onya para o período entre 1203 e 1226<sup>62</sup>. Em contrapartida a palavra hebraica ‘oniya, ‘barco’, parece ser mais plausível. Porquê?

Como é sabido a via romana entre Olisipo e Scalabis, normalmente considerada parte da chamada Via XVI, tinha nas Ónias um *deverticulum*. Este visava responder às características hidrológicas do Tejo, nomeadamente o seu regime torrencial (com grandes diferenças entre os caudais de estiagem e de invernias, podendo este atingir 700 vezes o valor do caudal estival) e a sua profundidade. Um dos caminhos servia a cidade, à qual dava acesso seguindo pela Junqueira e entrando pela porta de Valada; outro seguia a borda-de-água pela margem direita, servindo sobretudo os subúrbios ribeirinhos, para depois entrar pela porta da Atamarma<sup>63</sup>. Seria este traçado fluvial que exigiria o recurso a barcos de rio, cuja presença acabaria por ditar o nome do sítio.

Segundo o testemunho de Estrabão o acesso dos barcos a *Mōron* era fácil até uma distância considerável, mesmo para grandes embarcações, embora parte do percurso fosse apenas possível a barcos de rio, sobretudo quando a descida das marés impedia a navegação a montante, na zona do segundo estuário. Nas zonas menos profundas o método utilizado para fazer subir os barcos rio-acima era a sirga: utilizando esporadicamente juntas de bois, mas recorrendo normalmente à tração humana, através dos *herciarii*, as barças eram puxadas fazendo uso de uma corda atada a um mastro situado na proa ou a meio da embarcação<sup>64</sup>. Este sistema de tracção a partir das margens dos rios, perfeitamente documentado na gravura de António de Holanda, executada cerca

<sup>61</sup> Para a identificação de Ómnia e al-munya, cf. Conde (1999): 34, nota 104.

<sup>62</sup> Viana (2007): 159, nota 46.

<sup>63</sup> Mantas (2012): 20.

<sup>64</sup> Chic García (1984): 37 e Parodi Alvaréz (2001): 25-26, citados por Morais (2004): 85

de 1535, exigia a existência de caminhos de sirga apropriados (*pedestro iter*), além de estar limitada à estação não-invernosa.

### g. Seserigo

Se o esporão conquistou, fruto da inexpugnabilidade que exibia, o estatuto de *castrum*, a base do monte assumiu-se, na configuração urbana genética, como local *de e por* excelência para implantação de um subúrbio ribeirinho, de características habitacionais. A importância que este veio a adquirir reforçou a dualidade morfológica entre as áreas planálticas e ribeirinhas.

De facto, desde o ‘choque’ agrícola e tecnológico dos feno-púnicos, o sopé do esporão viria a conhecer uma crescente expansão urbana. A implantação humana ocuparia paulatinamente os vales adjacentes, transformando o núcleo baixo no importante arrabalde a que se referem as fontes árabes undecentistas<sup>65</sup>, correspondente à fase de plena maturidade do porto, quando ele passa a potenciar a sua vocação económica e populacional, transformando-se numa espécie de ‘guardião do Tejo’<sup>66</sup>.

Como é sabido, a proeminência do *vicus riparius* resulta da localização avançada que o lugar ocupava no contexto do estuário do maior rio da Hispânia e das suas relações profundas com a planície aluvial<sup>67</sup>. Porém, apesar da sua comprovada antiguidade, é apenas a partir de 1159 que se respigam algumas referências toponímicas a *Seserigo*.

Sobre o designativo deste bairro fluvial já outros autores defenderam, respetivamente, uma origem germânica<sup>68</sup>. De acordo com a minha interpretação o nome do bairro dissimula, uma vez mais, as suas raízes filológicas feno-púnicas, também aqui intimamente ligadas às características do sítio.

De facto, em *Seserigo* estão, contraídas, duas palavras púnicas: *šašar* (\*ššr) e *iḥu* (\*iḥ).

A primeira palavra (cuja raiz encontramos também, como vimos anteriormente, em Caçarabotão), encontra-se na bíblia hebraica (Jeremias 22:14), sendo traduzida no

<sup>65</sup> Ao arrabalde se refere especificamente Abû °Abd Allâh Muhammad ibn °Abd Allâh ibn Idrîs al-Sharîf Al-Idrîsî (Ceuta, 493/1099 – Sicília, 560/1165-66). A descrição do núcleo ribeirinho complementa as descrições anteriores de Ibn Hawqal (séc. X), e do *Dikr bilad al-Andalus* (séc. XI), cujas referências se reportam apenas ao arrabalde planáltico.

<sup>66</sup> Recorde-se que nos *Costumes de Santarém* são frequentes as referências à portagem da Ribeira. Cf. Brandão (1883): 399-400 e 406.

<sup>67</sup> Estes predicados que viriam a determinar, durante o império romano, o estatuto administrativo e jurídico de *Scalabis* como capital de *conventus* e *colonia*, cujos limites foram depois revertidos para a cora muçulmana.

<sup>68</sup> Brunswick (1910), cit. por Viana (2007): 56, nota 47.

Septuaginta<sup>69</sup> por μίλτω<sup>70</sup>. Na medida em que a passagem bíblica se refere a pintura mural decorativa de alta qualidade aplicada a edifícios sumptuosos, o étimo designa certamente um corante ou pigmento (ocre vermelho, ou rubrica), ou então a própria argila<sup>71</sup>.

Em relação a *aḥu/iḥu*, o termo deflechte do acadiano, significando ‘banco’, ‘praia’, ‘margem’, ‘costa’<sup>72</sup>.

A articulação das duas palavras é, pois, traduzível por ‘banco de argila’. Identifica um depósito aluvial do Tejo, de natureza argilo-arenosa<sup>73</sup>, criado pelo próprio regime hidrológico do rio: as partículas menores (e, portanto, mais leves) são levadas pela corrente de água ou pelo vento e depositadas no lugar onde a força hidrodinâmica já não é suficiente para mantê-las em suspensão, criando bacias de sedimentação, chamadas *barrancos*. As características geológicas destes barrancos, constituída por argila vermelha (ocre), davam à terra uma cor avermelhada<sup>74</sup>.

A decifração etimológica de *Seserigo* (*šašar iḥu* <\*ššr iḥ) assume-se de fundamental importância, pois permite-nos identificar a ilha (lezíria) de que falava Estrabão. Tratava-se de um fértil território agrícola cuja importância acabaria por dar o

<sup>69</sup> Nome da versão da Bíblia hebraica traduzida em etapas para o grego *koiné*, entre o século III a.C. e o século I a.C., em Alexandria.

<sup>70</sup> Cf. <https://www.blueletterbible.org/lang/lexicon/lexicon.cfm?t=lx&strongs=h8350>. O mesmo termo surge também em Heródoto, *Histórias*, 4,190. O termo acadiano é *šašerru*, designando «argila vermelha», ou «pasta vermelha».

<sup>71</sup> Santo (1993): 252 traduz a palavra por «cor vermelha» e Olmo Lete e Sanmartín (2015): 834, por «agente corante vermelho, possivelmente mínio» (zarcão), seguindo nesta tradução o sentido que lhe fora dado, no século XVII, por Henry Maundrell (1665–1701). No seu diário de viagem, Maundrell escreve, em 17 de Março de 1699, o seguinte: «A água estava manchada de uma vermelhidão surpreendente e, como observamos durante a viagem, tingira fortemente o mar de um tom avermelhado, ocasionado sem dúvida por uma espécie de mínio ou terra vermelha, lavada no rio pela violência da chuva.» Luc, *De dea Syria*, § 8, p.47-48 e nota 18.

<sup>72</sup> Olmo Lete e Sanmartín (2015): 35; Santo (1993): 99.

<sup>73</sup> De resto, o carácter argilo-arenoso solos de Santarém era comum ao resto da urbe, onde a argila era abundante. O autor do *De expugnatione Scalabis* explicita que «pelo lado norte, todavia, dotou-a a própria natureza do monte, que é de rocha sem vegetação» (ex parte uero aquilonis muniuit eam ipsa mentis natura petrosa et aspera). Cf. Nascimento (2005): 1225. A ela se deve a existência, na Idade Média, de oleiros e olarias em toda a encosta do Vale de Runa, quer na judiaria, entre a alcáçova e a vila, quer na zona periférica da mouraria. Cf. Maria Ângela Beirante (1980): 93.

Tal como na região de Coimbra (onde, tal como em Santarém, a comunidade moçárabe era muito importante), os barreiros eram, nesta altura, designados pelo termo arabizado *runa*, de onde deriva o nome do vale. A ligação entre os dois planos da cidade antiga fazia-se principalmente pelas encostas margosas do cavado vale pliocénico localizado a norte do monte da Alcáçova. Atualmente conhecido por Vale do Gaião, o vale foi também designado na Idade Média por Vale de Runa e por Vale da Atamarma.

<sup>74</sup> A argila vermelha (ocre) é um tipo de argila que faz parte de depósitos sedimentares, geralmente do Terciário ou do Quaternário, frequentemente utilizada no fabrico de pastas de porcelana e também, com vidrados, de grés. Muito embora assumida, depois de cozida, uma cor castanha, este tipo de argila adquire uma cor vermelha em contacto com água, fruto do elevado teor de óxidos e hidróxidos de ferro (hematite e lepidocrocite) que a compõem. Os níveis de oxidação serão tanto maiores quanto mais intensa e contínua for a ação da água, exponenciando-se nas alturas de elevado nível de pluviosidade, quando as escorrências das vertentes argilosas tingem de vermelho as águas dos cursos de água. O fenómeno, aliás comum a todos os rios de hidrologia torrencial (dos quais o Nilo é o exemplo máximo), foi testemunhado no rio actualmente conhecido por Nahr Ibrahim por Luciano de Samosata (c. 125-d-180).

nome à área ribeirinha a norte do esporão, depois de fechado o braço fluvial que por ela passava. Da raiz semita, mantida até meados do século XII sob as formas Sesarigo (1159), Sisirico (1218) e Sesirigo (1259, 1266), passou-se, desde meados do século XIII, para a nomenclatura latina *riparia* (< *rīpa*, æ, ‘margem’, ‘costa’), cujas primeiras menções surgem em 1254, evoluindo, desde 1273, para *Ribeira*. A alteração toponímica foi, porém, paulatina, consolidando-se apenas em meados do século XIV. em documento, datado de 1304, ainda surge o étimo ‘híbrido’ Ribeira de Sesarigo e no livro de aniversários de Santa Iria, de 1366, o topónimo Sesarigo tinha sido já substituído pelo de Ribeira<sup>75</sup>.

Da ilha de *Sesarigo* fazia parte um *loca sacra* cuja importância não foi ainda suficientemente reconhecida. Refiro-me a um sepulcro, atribuído ao antepassado mítico, o fundador da tribo<sup>76</sup>. A sua memória ficou inscrita na microtoponímia, nomeadamente num local referido em 1225 por «lacuna de Mauram», erradamente traduzido como Lagoa da Moura, já que tem aqui o sentido de Cova da Moura<sup>77</sup>.

Para além de ser o lugar dos antepassados, onde estes eram adorados e identificados com o ancestral do clã/tribo, lugar frequentado por espíritos, a anta (túmulo) marcava simultaneamente o centro e o limite do território da tribo. Como bem salienta Rui Mataloto, o final do III milénio foi marcado «por um processo de fragmentação das comunidades, que acabaria por derivar no estreitamento da interação das mesmas com a natureza, num movimento de marcação e enraizamento perante uma nova ordem territorial; isto é, a fragmentação dos grupos resultaria na fragmentação da paisagem, que carecerá agora de um reordenamento semântico que coadune um novo conceito de identidade grupal aos elementos tópicos da estruturação paisagística. Deste modo, a

<sup>75</sup>Viana (2007): 56, nota 47 e 148, notas 113 e 114.

<sup>76</sup> A proposta da existência de uma estrutura sepulcral na zona ribeirinha tinha sido avançada por Mário Saa, que lançou a hipótese da identificação do túmulo de Santa Iria com um sarcófago romano. À luz dos novos elementos, podemos admitir que a construção deste sepulcro data pelo menos da I Idade do Ferro. Tal asserção coincide com aquilo que sabemos sobre as necrópoles proto-históricas, onde os ritos eram primordialmente de inumação (com monumentos de arquitetura variável, inicialmente de configuração circular e ulteriormente ortogonal), passando posteriormente a ser de incineração, sendo guardadas as cinzas dos defuntos em urnas que eram depositadas em câmaras sepulcrais (covachos, fossas, cistas, túmulos, sepulcros). Cf. Silva (2015): 39.

<sup>77</sup> O termo *lacuna*, æ deve ser aqui entendido como ‘cova’, uma das designações populares mais comuns das antas, tanto em Portugal, como em Espanha. Na Galiza, nomeadamente em Trasancos (Ferrol, Corunha), sete túmulos pré-históricos foram identificados na Cha de Lago, demonstrando o sentido original da palavra latina. Cf. Para o caso português Chaves (1951): 97-113.

Quanto à designação de Mauram, convém esclarecer que estas estruturas eram, em princípio, pensadas para serem cobertas por uma mamoa (< *mammula*), um montículo artificial. É esta elevação que explica a alusão, bastante frequente, à cova da ‘Moura’: o termo, esclareça-se, não é uma qualquer referência aos ‘mouros’ (da Mauritânia), tratando-se tão-só da forma romance de mãrom, ‘elevação’, ‘altura’. ‘Moura’ designa, portanto, a mamoa que cobria a câmara. Por vezes, para além da mamoa, a anta possuía um corredor de acesso. A este corredor dava-se o nome de ‘orca’, cuja origem se encontra na palavra feno-púnica *ûrk*, ‘comprimento’. Cf. Olmo Lete e Sanmartín (2015): 99.

codificação de construções ancestrais como espaços de Memória, enquanto marcas de apropriação e vivência do território, quer sejam funerários quer sejam de outra índole, veicularão uma determinada comunidade a um espaço produzido e trabalhado pelos antepassados. Será este processo social que irá marcar grande parte do milénio seguinte, o qual, creio, será acompanhado pela construção de uma paisagem de grupo onde as antigas ocupações funerárias e de povoamento serão integradas como marcas identitárias e eventualmente delimitadoras dos espaços do grupo.»<sup>78</sup>. Este fenómeno foi confirmado, por exemplo, em Trasancos, concelho de Ferrol (Corunha) onde, de um conjunto de 64 túmulos pré-históricos identificados (dos quais mais de 90% situados junto a montes), 27 (42%) deles continuaram até ao presente na sua função de delimitar terrenos particulares e 29 (45%) se utilizaram como limite entre paróquias ou concelhos.

Mas onde se localizava o território deste sepulcro? E que função lhe deram os romanos?

Relativamente à primeira questão, a leitura comparada da documentação disponível com o modelo de ordenamento territorial romano aplicado comunidades urbanas com autonomia municipal (colónias, municípios e equiparadas) permite pensar que o compartimento em questão corresponderia à ubérrima ilha fluvial que Estrabão localiza junto a *Mōron*. Com uma disposição longitudinal e um comprimento de cerca de cinco quilómetros, essa ilha iniciava-se em frente da encosta sul do esporão, terminando, a montante, no sítio da Cruz da Légua. Em largura teria cerca de dois quilómetros, sendo delimitada a ocidente pela ribeira ('regueira') do Alviela (braço fluvial designado no século XIV ribeira de Horta Lagoa e que não deve ser confundido com o canal de drenagem chamado vala de Maria Torta<sup>79</sup>); e a oriente por aquilo que era, então, a margem direita do Tejo (Tejo velho).

Daqui se conclui que a ilha fronteira a *Mōron*, desde cedo colocada sob a proteção do sepulcro megalítico, corresponderia ao que se designou campo/rossio de Alvisquer, ou, como anteriormente se chamou, *Alchivar*. Embora documentada apenas, pela primeira vez, em 1349<sup>80</sup>, esta última designação deriva de *al-šivar* (\*švr), 'o que quebra', 'o que divide', identificador dos marcos de 'limite' das parcelas rurais.

Quanto à segunda questão, existem fortes indícios de que os romanos, mantendo a sua vocação original, utilizaram esta lezíria como *pertica*, isto é, como área agrícola

<sup>78</sup> Mataloto (2007): 128.

<sup>79</sup> Viana (2007): 190-191 e nota 186.

<sup>80</sup> Viana (2007): 187 e nota 170.

dividida em centúrias e subdividida em lotes distribuídos aos cidadãos ou concedidos a *incolas* (ocupadores indígenas originais).

Efectivamente, este lezirão, de grande potencialidade agrícola, cumpria na perfeição o objectivo de garantir a autossubsistência agrícola da colónia romana, composta, para além dos *incolas* (isto é, os ocupadores indígenas originais), por uma *coorte* (ou seja, 600 soldados). A sua dimensão era também suficiente para ser objecto do loteamento romano das centuriacões, especificamente adaptado a campos de cultivo.

O cadastro romano assentou, portanto, em centúrias de dimensões constantes e separadas das vizinhas por ‘limites’ (os *šivar*, ou marcos)<sup>81</sup>. Cada uma dispunha-se ao longo de dois eixos, e identificava-se segundo a linha que ocupava à esquerda (*sinistra*, isto é, a Sul) ou à direita (*dextra*, isto é, a Norte) do eixo horizontal Este-Oeste (*decumanus maximus*) e a coluna ‘para lá’ (*ultra*, isto é, a Poente) ou ‘para cá’ (*citra*, isto é, a Nascente) do eixo vertical Norte-Sul (*kardus maximus*).

No caso de Santarém, o *decumanus maximus* terá assentado no eixo do que seria depois o caminho coimbrão, também designado por caminho de Meios, pelo facto de dividir a lezíria ‘ao meio’, neste caso no sentido NE-SW<sup>82</sup>. Uns Meios Novos são registados em 1323, documentando o recuo do rio, fruto da secular deposição aluvionar e eventualmente de obras hidráulicas implementadas por ação humana.

Transversalmente o *kardus maximus* passaria por um eixo marcado junto ao monte Zeimoto (< *as-simut*, actual Zé Morto), perto do ponto de interceção das ribeiras do Alviela e da Azoia.

Ora, se *Seserigo* correspondia, não a lugar, mas a um território (ilha), protegido e controlado por um lugar sagrado/santuário rural, onde se implantou a comunidade urbana (*colonia scalabitana*)? É a esta pergunta a que procurarei responder de seguida.

## **h. Alfange**

A ocupação humana do flanco norte do esporão, no extremo do Vale de Runa, teve a sua correspondente a jusante, ao fundo do vale de Torres, onde se implantou Alfange. A etimologia do bairro, documentado desde 1223, tem sido tradicionalmente

<sup>81</sup> A mesma função administrativa/territorial (e não funerária, como defendem Celestino e López-Ruiz), tinham, segundo creio, as estelas básicas que surgem no interior e no noroeste da Extremadura, entre os vales dos rios Tejo e Minho, ou as ‘estelas diademadas’, identificando chefes locais, heroicizados e divinizados e/ou figuras femininas, relativamente comuns nos vales do Guadiana e do Guadalquivir. Cf. Celestino e López-Ruiz (2016): 159-170.

<sup>82</sup> É de resto neste sentido que deve ser interpretada a referência à ‘abertura das águas’ registada no reinado de D. Dinis, que permitiu pôr a descoberto o túmulo da santa.

estribada no árabe (<Alhanse < al-Ḥanaš, ‘a cobra’) e normalmente considerada como designativo da calçada zigzagueante que ligava a cidade alta ao núcleo ribeirinho<sup>83</sup>.

Com alguns paralelos existentes no al-andaluz, nomeadamente em Valência<sup>84</sup> e Badajoz<sup>85</sup>, mas também no norte de África, perto de Arzila, este bairro ribeirinho, acantonado no sopé do *hisn* islâmico e protegido pela sua posição altaneira<sup>86</sup>, terá retirado o seu nome do substantivo *inš*, ‘povoação’ (lit. ‘povo’)<sup>87</sup>. Desse nome primitivo, que identificava, portanto, o núcleo populacional do lugar (arab. *’anas*, ‘aglomerado de pessoas’) estribam-se as variantes moçárabicas Alfansi (1223), Alfansi (1256), e Alfance (1307)<sup>88</sup>.

A etimologia da palavra leva-nos a pensar ter sido em Alfange, ao longo do rio, que se instalou a *colonia scalabitana* romana.

<sup>83</sup> A etimologia do nome Alfange foi pela primeira vez avançada por Bernardo de Brito (1602):164. A sua explicação foi seguida, no século XVIII, por Viterbo (1798): 93 e na centúria de Oitocentos, por Sousa e Moura (2004): 38 e nota a). Ainda no século XIX, Brandão (1883): 524, embora seguindo a radicação etimológica tradicional, interpreta o nome como designativo da calçada que ligava a Porta do Sol à Igreja de S. João Evangelista.

<sup>84</sup> Uma das portas da muralha da taifa andalus de *Balansiya*, mandada fazer hipoteticamente por Abd al-Azîz ibn Amir, rei da taifa entre 1021 e 1061, era *Bāb al-Ḥanas*, a entrada oeste da urbe. Segundo Daniel Benito, a muralha islâmica da cidade, com quase dois quilómetros e meio de extensão, sobreviveu mais de um século à conquista cristã de 1238. A cerca, cuja superfície quase triplicou a antiga cidade romana, tinha quase sete metros de altura e uma largura média de dois metros, dispondo de barbacã e fosso, além de sete portas, algumas com duplo portal e protegidas por albarrãs: Bab al-Kantara («Porta da Ponte»), Bab al-Warrak, Bab ibn Sajar, Bab al-Xarea, Bab al-Baytala, Bab al-Kaysiriyya (ou da Alcaçaria) e Bab al-Hanax. Na sua construção e sucessivas reparações utilizaram-se diferentes técnicas, embora fundamentalmente a taipa, reforçada por torres de planta semicircular, e mais tardiamente, argamassa de taipa com torres de planta quadrada. Para a descrição da muralha islâmica de Valência, cf. Benito Goerlich (2009).

<sup>85</sup> No município de Alange (Badajoz), existe uma fortificação islâmica do século IX (documentada desde 850, embora provavelmente edificada sobre um castro pré-romano) construída no cume de uma elevação rochosa sobranceira ao rio Matachel, designada nas fontes árabes por *ḥiṣn al-ḥanash*. Tal como em Santarém, o acesso ao castelo fazia-se por uma calçada que ligava a um arco aberto a este da muralha, conhecido como Porta do Sol. Foi aqui que, cerca de 875, se refugiou durante três meses o caudilho árabe ‘Abd al-Raḥman ibn Marwān, ‘o galego’, antes de ter sido obrigado a render-se pelo emir Muhammad I, que lhe fixou residência em Badajoz. Cf. Lévi-Provençal (1986): 85.

<sup>86</sup> A estrutura defensiva ribeirinha, cujo objetivo seria dominar a via de circunvalação dos arrabaldes pelo vale de Torres, está documentada em finais do século XIII (1271: porta de Alfange; 1273: torre e casas de Alfange), sendo ainda perfeitamente identificável na iconografia da cidade. Na iluminura de António de Holanda, datada da década de 30 do século XVI detetam-se, abaixo da Igreja de S. Bartolomeu, as duas torres retangulares que ladeavam a porta (depois conhecida como das Almas), já cercadas de casario, sendo ainda visível, junto do rebordo do monte da Alcáçova, uma torre circular, certamente pertencente a uma couraça. Numa outra gravura dos princípios do século XIX, pertencente à família Assis Silva, a mesma porta e a torre que lhe fica à sua direita são ainda bem visíveis. Se atendermos a que, segundo a descrição quatrocentista do cerco de 1184, o sistema defensivo de Santarém limitava-se então à «alcaçova pela tore d’Alprom ata Alfange», tal estrutura seria certamente anterior à reconquista definitiva da urbe pelo credo cristão. Cf. Calado (1998): 80, cit. por Viana (2007): 62.

<sup>87</sup> Olmo Lete e Sanmartín (2015): 81.

<sup>88</sup> Viana (2007): 57, nota 55.

### i. Marvila

Duas vias de acesso, cada qual atravessando os cavados vales que ladeavam o esporão, uniam o sopé do monte ao rebordo do planalto pliocénico, cuja relação com a saliência rochosa que lhe ficava a nascente era, como convinha, residual. Este planalto, inicialmente periférico em relação ao promontório e depois, fruto do fenómeno de expansão urbana, sede da medina da urbe sarracena, foi, pelo menos desde o século XII, localmente conhecido pelo topónimo de designação genérica ‘Marvila’, identificável com o local onde, a expensas de Hisham II al-Mu'ayad (966-1013), filho do 2º califa de Córdoba, o imã al-Hakam II (915-976), veio a erigir-se, nos finais do século X, a mesquita aljama<sup>89</sup>.

Apesar de ter sido visto por outros autores como um «provável moçarabismo derivado de mare + villa», o topónimo parece advir antes da articulação de *Mar* (aram. lit. ‘senhor’, ‘protetor’, sir. ‘santo’)<sup>90</sup> com o seu correspondente *walī* (ar. lit. ‘protector’ ‘patrono’; vernac. ‘santo’)<sup>91</sup>. A fonética do ya final das duas palavras articuladas (‘marwalia’) aproxima-se bastante das grafias medievais mais antigas (‘maruilla’)<sup>92</sup>.

### j. Atamarma

Igualmente enigmática é a origem do topónimo Atamarma/Athumarma, descrita na crónica undecentista do cruzado anónimo «fontem qui propter amaras aquas arabice appellatur Athumarmal»). A dificuldade começa nas próprias variantes gráficas, cujo rigor, em relação ao vocábulo árabe original, terá dependido de terem sido transliteradas para o latim-romance com base em tradições orais, ou compiladas pelos *scriptores* dos principais mosteiros medievais (Santa Cruz de Coimbra e Alcobaça) com o uso de fontes escritas, contando com a ajuda de tradutores moçárabes, ou eles próprios de origem moçárabe<sup>93</sup>.

<sup>89</sup>Hishām II foi o terceiro califa de Córdoba da dinastia omíada, reinando entre 976 e 1009 e entre 1010-1013 no al-Andalus. Não deve ser confundido com Hishām al-Reda, ou Hishām I (756-796), filho de ‘Abd ar-Raḥman (731-788). Hishām I foi o 2º emir de Córdoba, que governou entre 788 e 796; sucedeu-lhe no emirato al-Hakam I (c. 770-822), de cuja descendência não consta nenhum filho de nome Hishām. Esta confusão induziu em erro Rei (2007): 70, nota 3.

<sup>90</sup> Cf. [https://en.wikipedia.org/wiki/Mor\\_\(honorific\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Mor_(honorific))

<sup>91</sup> Cf. <https://en.wikipedia.org/wiki/Wali>

<sup>92</sup> Segundo Viana (2007): 59, nota 63, data de 1189 a primeira referência documental ao local: «hereditate in Maruilla apud collationem Sancte Marie de Maruilla».

<sup>93</sup> Sidarus (2005): 6, citado por Lapiedra (2012): 81.

É exatamente este facto que explica que a base etimológica apresentada pelos diversos autores tenha apresentado várias inconstâncias, chegando inclusive o seu suposto significado a ser antinómico: ‘águas amargas’ para o cruzado, seguido por Bernardo de Brito<sup>94</sup>, Brandão<sup>95</sup>, Agostinho de Santa Maria<sup>96</sup> e Inácio de Vasconcelos<sup>97</sup>; ‘águas doces’ para Duarte Nunes Leão, Viterbo<sup>98</sup> e Alexandre Herculano<sup>99</sup>; ou ‘calçada da mãe de água’ para David Lopes<sup>100</sup> e José Pedro Machado<sup>101</sup>.

O fundamento das etimologias árabes tradicionais (amargo/doce) não merece grande crédito. O vocábulo árabe para ‘amargo’ é *murr*, não sendo crível que o [u] da palavra, uma vogal forte, se tenha desvanecido das sílabas que se seguem a *thu/ta* nas versões latino-portuguesas. O segundo adjetivo elucubrado, ‘doce’, corresponde, por sua vez, ao árabe *hulw* (com o *haga* gutural constritivo), grafia que não transparece em qualquer das fontes chegadas a nós.

A fundamentação de David Lopes, por sua vez, encerra fragilidades importantes: 1º) a suposta *tal’a* (‘calçada’, ‘subida’), que o especialista pretende ver na primeira sílaba, surge citada na documentação medieval, pela primeira vez, em 1374, como calçada de Marvila, enquanto Atamarma tem ocorrências desde 1218<sup>102</sup>; 2º) *mā-lmā*, (‘mãe-de-água’), além de exigir vastas ocorrências linguísticas (queda do *l* intervocálico de *tala-* e passagem de *l* a *r* em – *ālmā*), tem implícita uma repetição contranatura (literalmente ‘água da água’), apresentando-se desajustada a nível fonético como semântico, já que é usada como sinónimo de ‘nascente’, ‘fonte’, sentido que não pode derivar do árabe *umm* (‘mãe’).

Alinhando com David Lopes no pressuposto de não ser etimológico o [a] inicial, já que pertenceria ao artigo árabe, penso que o sentido da palavra deve ser procurada na sua provável grafia original, *ṭummara l-mā*, da qual *Thumarmal* é a forma arabizada.

A primeira palavra (vocalizada *ṭummara* ou *ṭammara*) tem raiz em *ṭmr*, cujo significado é, na maioria dos dialetos semíticos, incluindo o árabe, o de ‘tapar’, ‘enterrar’. A segunda palavra corresponde ao árabe *mā*, ‘água’.

<sup>94</sup> Brito (1720): 153 vº.

<sup>95</sup> Brandão (1725): 290 vº

<sup>96</sup> Santa Maria (1933): 170.

<sup>97</sup> Vasconcellos (1740): 14.

<sup>98</sup> Viterbo (1798): 227

<sup>99</sup> Herculano (1980): 362.

<sup>100</sup> Lopes (1921-22): 269.

<sup>101</sup> Machado (1993): 1381.

<sup>102</sup> Mário Viana (2007): 57, nota 54 e 146, nota 99.

Se acrescentarmos o artigo que liga as duas palavras, considero dever traduzir-se o nome de Atamarma/Athumarma como ‘tapada de água’, no sentido de ‘mina-de-água’, isto é, de galeria subterrânea de condução das águas de uma nascente<sup>103</sup>.

A estrutura a que se refere o relato do cruzado afonsino é identificável com a chamada ‘mãe-de-água’, localizada a meio do vale de Runa. Embora em ruínas, a estrutura ainda hoje é visível, quer a nível da mina (encerrada nos anos 40, por motivo de segurança), quer dos tanques, ou reservatórios, onde eram recolhidas as águas do freático depois de devidamente canalizadas. Convém sublinhar que a dita nascente abastecia, através de um aqueduto, quer os banhos públicos da encosta de S. Mateus<sup>104</sup>, quer a Alcáçova Nova<sup>105</sup>. Para além disso, municionava, através de uma levada (na Idade Média designada «regó»), os terrenos agrícolas situados ao longo do vale. O seu reservatório teve, pelo menos no século XV, uma aplicação industrial, já que foi utilizado, como alcaçaria, no tratamento e manufatura de curtumes<sup>106</sup>.

#### **k. Tomar**

Como é sabido, no relato lendário de Iria, Tomar tem um lugar central, sendo a ‘santa’, ainda hoje, a padroeira da cidade. Por outro lado, Tomar e Santarém, relacionam-se através de santa Iria, nomeadamente por serem, respectivamente, os locais da sua morte e ressurreição. De forma surpreendente, encontramos a explicação do facto na etimologia do lugar.

Várias teorias se têm alinhado para explicar a origem do nome Tomar. Poucas referem, porém, que a cidade surge grafada com [t] enfático, quer nas formas árabes (*Ṭamara*)<sup>107</sup>, quer nas formas em latim-romance (Thomar). Ora, se como vimos acima, o significado da raiz *ṭmr* é, no árabe como na maioria dos dialetos semíticos, o de

<sup>103</sup> O termo ‘tapada’ ainda hoje é utilizado na gíria dos agricultores locais para designar condutas subterreas de água.

<sup>104</sup> Estes banhos públicos, provavelmente islâmicos, se não romanos, são referidos no século XIV, quer pelas fontes árabes, quer cristãs (1374). Cf. Viana (2003): 142. As suas ruínas tardo-medievais são ainda perfeitamente identificáveis na litografia oitocentista *The Tagus from Santarem*, tirada do natural pelo médico Adam Neale (+ 1832), executada por James Duffield Harding (1798-1863) e editada por Rowney & Forster (activo 1815-1831), que a ofereceu ao general Charles Murray Cathcart, 2º conde de Cathcart (1783-1859). Neale publicou em 1809 *Cartas de Portugal e Espanha*, um relato das operações dos exércitos sob Sir John Moore e Sir Arthur Wellesley, desde o desembarque das tropas na baía Mondego até à batalha de Corunha. À data deste artigo a gravura fazia parte da coleção particular de Pedro Canavarro, a quem agradeço o acesso.

<sup>105</sup> O aqueduto que abastecia a alcáçova nova está representado num painel de azulejos setecentistas do mosteiro de S. Vicente de Fora.

<sup>106</sup> Beirante (1980): 147.

<sup>107</sup> Cf. Ponte (2007): 4. De acordo com esta autora, «o nome Tamarmá, segundo referências árabes, corresponderia ao rio Nabão», o que não é completamente verdade.

‘esconder’, ‘tapar’, ‘enterrar’, ‘dissimular’<sup>108</sup>, concluímos que, quer *Tamara*, quer Thomar significam ‘tapada’, aqui no sentido de ‘enterrada’.

Não é certamente casual que todos os locais e personagens diretamente relacionados com o relato lendário de Iria, em vida como na morte, estejam relacionados com câmaras subterrâneas, chamem-se eles ‘covas’, ‘pegos’, ‘poços’ ou ‘cisternas’. Senão vejamos:

1º) A descrição constante na lição V do códice 50 de Santa Cruz de Coimbra, ao falar «no grande mosteiro da Bem-aventurada Virgem Maria», no qual Remígio, perceptor de Iria, vivia e do qual era abade o seu tio Célio, descreve-o «um lugar algum tanto escondido numa cova»<sup>109</sup>.

2º) A mesma fonte, descrevendo o local de sepultura de Casta e Júlia, religiosas do Convento de Santa Iria de Tomar, junto à margem do Nabão, onde professou Iria, diz: «Em honra delas foi edificado um pequeno monumento votivo, a modo de edifício arqueado, em quadrado por dentro e por fora, abarcando os monumentos de ambas.»<sup>110</sup>

O ‘monumento’ a que o códice faz referência é identificável o lugar do pego (poço, ou cova) de Iria, ‘sítio’ onde a tradição coloca o lugar do martírio da santa. É muito provável que em época romana aí fosse construído um santuário, onde os relatores terão visto as epígrafes de Casta e júlia. Este local foi comprado em 1467 por D. Mécia Queiroz, viúva de Pero Vaz de Almeida, vedor da fazenda do Infante D. Henrique, que sobre ele mandou fazer casas e uma capela onde se recolheu com as filhas<sup>111</sup>.

Não será difícil admitir que os elementos presentes no relato hagiográfico reproduzem tradições orais correntes no dito mosteiro, invocando, inconscientemente, realidades históricas: Célio < Seilium; Casta e Júlia, lidos de epígrafes romanas, eventualmente confundidos com o cognome *castrum iulium*<sup>112</sup>; Efon < fons = tamarma’ =mina-de-água; *banam* <\*bnm, ‘criados’, ‘vassalos’<sup>113</sup>.

Esta dedução dá-nos pistas para uma nova hipótese e uma nova abordagem do nome romano da cidade de Tomar. Segundo esta proposta, *Sellium/Seilium* seria uma

<sup>108</sup> De acordo com diversos orientalistas a palavra tem o significado de ‘tapar’, ‘esconder’, ‘encobrir’ (acadiano), ‘tapar’, ‘enterrar’ (aramaico), ‘enterrar’ (mandaico), ‘esconder’, ‘dissimular’ (hebraico bíblico) e ‘esconder’, ‘dissimular’ (árabe). Cf. Makki (2013): 64; Butts (2011): 94.

<sup>109</sup> Cf. Nascimento (2017): 97.

<sup>110</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>111</sup> Guilherme (1982): 30

<sup>112</sup> Este cognome está documentado nas fontes clássicas, nomeadamente em Plínio, que o aplica à cidade de *Vrgia*. Esta cidade foi recentemente identificada com o sítio arqueológico de Gibaldín (Cádiz). Cf. González Fernández (2014)

<sup>113</sup> Banam é o plural de ban (\*bn), palavra utilizada como ‘filho’, mas também no sentido de pessoa de estrato inferior, de dependente ou sujeito a um senhor. Cf. Olmo Lete e Sanmartín (2015): 222-223.

transliteração latina, provavelmente tardia, do feno-púnico *Škl lim*<sup>114</sup>, ‘senhor do clã’, tendo o [k], transliterado inicialmente com o [c] minúsculo, sido confundido com o [e] e passado, com esta grafia errada, para as epígrafes.

O nome indígena, cuja evolução deveria ter sido, nesta perspectiva: *Škl lim* > *Scllium* > *Sellium*, poderá assim referir-se à existência de um túmulo, certamente relacionado com um chefe tribal heroicizado.

## I. Nabância

O nome de Nabância anda também indissociavelmente ligado à lenda de santa Iria: era daí que era natural e foi aí que professou. Jorge de Alarcão já inscrevera a localidade «na lista das cidades que nunca existiram e que a nossa hagiografia medieval inventou [...] para baptizar vestígios romanos que eram evidentes no século XIV»<sup>115</sup>.

Com a mítica cidade de Nabância e com o rio Nabão têm sido relacionados os epónimos romanos Navia/Nabia/Nabiam e Nabam, documentados epigraficamente na área galaico-minhota, na Estremadura e entre o rio Douro e o Tejo<sup>116</sup>, por norma associados a correntes de água. A estes epónimos os especialistas têm feito corresponder um protótipo de deusa triforme – e trifuncional – de tipo Ártemis, ou seja, simultaneamente celeste (sendo a Lua), vinculada à *aretê* (sendo uma virgem guerreira) e fecunda (a deusa também é ninfa)<sup>117</sup>.

Não deixa de ser interessante verificar que, apesar das variantes gráficas, os epónimos e os epítetos da divindade referida nas epígrafes são muito próximas do abrangidas pelo verbo feno-púnico nabātu (*\*nbt*), ‘aparecer’, ‘ascender’, ‘nascer’, ‘mostrar-se’, ‘revelar-se’, ‘brotar’<sup>118</sup>. Ele reporta para o culto a uma divindade ctónica, ligada tanto à lua, como à água<sup>119</sup>.

<sup>114</sup> Olmo Lete e Sanmartín (2015): 67, 471 e 484. Segundo os autores existem várias possibilidades para esta palavra: ‘clã’, ‘povo’.

<sup>115</sup> Alarcão, cit. por Conde (1996): 34, nota 25.

<sup>116</sup> A divindade surge referida em inscrições lapidares em Seilium, Marecos (Penafiel) e Fonte do Ídolo (Braga). Em Marecos a deusa é sucessivamente invocada como: O(ptimæ) V(irgini) Co(nservatrici) et Nim(phæ) Danigom, Nabiaē Coronæ, que recebe vacca(m) bovem; e Nabiaē sem quaisquer epítetos, à qual se sacrificou agnu(m).

<sup>117</sup> Melena (1984).

<sup>118</sup> Olmo Lete e Sanmartín (2015): 610.

<sup>119</sup> De facto, existem várias necrópoles ibéricas que atestam a presença de monumentos funerários ligados a rituais ctónicos. Em Espanha, para além de Pozo Moro (Albacete), destacam-se os exemplos do túmulo de adobes de Castellones de Ceal (Jaén), o monumento escultório de Los Villares (Albacete) e a estrutura com gola de Giribaile (Jaén). Em Portugal, para além dos santuários de Panóias (Vila Real) e de Endovélico (Alandroal). Este santuário alentejano foi resultado da simbiose das culturas indígenas e romana, centro religioso regional durante cinco séculos. Aqui, como noutros locais, a emergência do cristianismo não

Este facto, associado à real possibilidade de as variantes gráficas poderem ter nascido, quer da vocalização da palavra original, pré-romana, quer da deficiente leitura epigráfica do [t] por [i], reforçam a possibilidade da existência de um culto a uma deusa-mãe indígena, do tipo da Atagartis fenícia, a grande deusa do norte da Síria, eventualmente apropriada pela *interpretatio* romana.

Se a cova permitia aos espíritos ter acesso ao mundo dos vivos e escadas eram construídas para permitir a saída das trevas<sup>120</sup>, por outro lado parece-me inegável que toda a narrativa efabulada de Iria tem como elemento central a água. Ora, ao local do freático, onde a água brotava diretamente da terra, os povos semitas davam o nome de *nabaka* (\**nbk*), ‘nascente’, ‘olho d’água’, ‘poço’<sup>121</sup>; essas nascentes eram objecto de grande devoção, como nos demonstra a Fonte do Ídolo, em Braga. Muitas vezes, porém, as águas das nascentes eram conduzidas por galerias subterrâneas (minas), e armazenadas em depósitos de água (também chamados cisternas, ou poços), aos quais de dava, como vimos, o nome de *tummar*. A uma estrutura deste género se refere o códice crúzio, já citado, ao identificar «uma espécie de construção quadrada», no meio da qual «era habitual recolherem água límpida, captada de longe por canais, debaixo da terra para ser melhor, mais fria e de bom sabor para quem dela se servia»<sup>122</sup>. Uma vez que este afluente do Zêzere nasce no lugar dos Olhos de Água (c. de Ansião), não se me afigura impossível que o nome Nabão tenha também alguma conexão com esta palavra.

---

significou o fim daquele espaço como centro religioso, já que no local foi construída a capela de S. Miguel da Mota.

São também de assinalar os fragmentos de estátuas de esfinges encontradas na Herdade do Sargaçal, Santiago do Cacém e de Silves, em que a primeira poderia encimar o pilar-estela de algum monumento funerário, supostamente à maneira grega, e o segundo poderia ser destinado a integrar estrutura arquitetónica pertencente a possível túmulo torrifforme, onde possuiria carácter apotropaico e protetor do defunto. Silva (2015): 93.

Referência especial merece igualmente a necrópole da Cerca de S. Sebastião (Mértola), com sepulturas quase perpendiculares ao rio que se apresentavam cobertas de lajes delgadas, de mármore, de onde foram recolhidas várias ossadas de animais ligadas à adivinhação, assim como uma urna cinerária de tipo Cruz del Negro. Apesar de poderem aparecer em contextos domésticos, urnas deste tipo eram sobretudo utilizadas para depositar restos humanos incinerados, testemunho da forte influência fenícia na Península Ibérica, igualmente comprovada pelos paralelos existentes, nomeadamente na necrópole sidérica do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal), ou mesmo na necrópole de Las Cumbres, cujos exemplares se encontram no Museu de Cádiz.

<sup>120</sup> King e Stager (2001):380-381.

<sup>121</sup> Olmo Lete e Sanmartín (2015): 609.

<sup>122</sup> Nascimento (2017): 97.

## 2. Substrato económico-social

A ligação de *Scalabis* com o rio (cujo potamónimo romano é *Tagus*<sup>123</sup>) foi, ao que tudo indica, bastante íntima e precoce, remontando pelo menos ao Mesolítico. As várias comunidades de caçadores-recolectores não terão deixado de perceber, desde cedo, as potencialidades hídricas do estuário, nem de explorar, amiúde, a riqueza piscícola e malacológica<sup>124</sup> e a enorme diversidade faunística e florística das espécies ripícolas. Do mesmo modo e com a mesma frequência terão aproveitado a salubridade da água do rio, da qual dependiam, aliás, para se dessedentar. E igualmente terão usado o Tejo como meio de comunicação e comércio privilegiado com a hinterlândia de pântanos, ilhas fluviais, florestas e campos agrícolas. É plausível, portanto que, *ab initio*, ocupassem a margem direita, junto da base do monte ratificando a natureza ribeirinha do bairro, que o vocábulo latino *riparia* (> ribeira) viria, em plena Idade Média, confirmar.

A temporã chegada ao golfo marinho das populações semitas com origem na faixa sírio-palestiniana, entre o final do século X e o início do século IX a. C., hiperbolizou, porém, o *status quo*. Com os colonos orientais chegaram as inovações agrícolas<sup>125</sup> e tecnológicas<sup>126</sup>, com efeitos na alteração da paisagem natural<sup>127</sup> e no aumento da área cultivada e com reflexos diretos na economia, na sociedade e na dieta alimentar, quer do povoado sidérico, quer do seu termo<sup>128</sup>.

Nesta relação umbilical com o rio existem várias questões que convém clarificar, na medida em que não têm tido, por parte da historiografia, a devida atenção, merecendo pois interpretação mais ajustada.

Começo pela alusão às «ilhas habitadas» no «mar», de que fala al-Himyarî, por volta do século XIII, na qual alguns autores têm visto uma eventual referência às

<sup>123</sup> A etimologia de *Tagus* tem sido procurada por vários autores. Não é de excluir que o étimo seja pré-romano e que a sua raiz seja *tg*, palavra que em ugarítico significa ‘vagar’, ‘viajar longe’. Santo (1993): 260.

<sup>124</sup> Os vários núcleos de concheiros de Muge - Cabeços da Amoreira e da Arruda, Concheiros da Fonte do Padre Pedro e da Flor da Beira – atestam a recolha e consumo de moluscos (lambujinha, berbigão, ameijoa) e peixes na região desde o Mesolítico. As evidências arqueológicas confirmam assim as informações que perpassam das fontes clássicas, nomeadamente em Estrabão, que afirma ser o rio muito rico em peixe e ostras.

<sup>125</sup> Refiro-me concretamente ao plantio de novas espécies vegetais, como a *vitis* cultivada, a *olea*, o cereal e o *linus*. Cf. Arruda (2002): 32.

<sup>126</sup> Nomeadamente nos campos da cerâmica – introdução roda de oleiro, obtenção e colocação de engobes –, do vidro e da metalurgia – utilização da copelação da prata. IDEM: 34

<sup>127</sup> Nomeadamente com a passagem de floresta aberta para estepe. IDEM: 32.

<sup>128</sup> Cf. IDEM: 29-35.

Berlengas<sup>129</sup>. Atendo à cartografia oitocentista<sup>130</sup> e às fontes clássicas (nomeadamente Estrabão), a indicação parece-me antes referir-se às ilhas fluviais (ar. *al-jazīra*, ‘ilha’) do Tejo<sup>131</sup>. Como já foi assinalado por outros autores, Muge era limite do segundo estuário (o estuário superior), onde a água doce era empurrada pela água salgada da maré, formando um regolfo considerado o confim do mar<sup>132</sup>.

Quando a agitação marítima é pequena mas a maré tem grande amplitude (>4m), são as correntes de maré que modelam os sedimentos fluviais, formando-se ‘deltas dominados pela maré’, constituídos por bancos e ilhas bastante alongadas no sentido do fluxo da maré, que progressivamente se vão desenvolvendo pela plataforma continental<sup>133</sup>.

A segunda referência respigada das fontes que nos merece análise é a que, no século X, faz Abū Ishāq Ibrāhīm ibn Muhammad al-Fārisī Al-Istakhrī (Bagdad, m. 322/934). Falando de *Šantarīn*, o autor menciona um animal marinho, anfíbio, cujo «velo» era usado na tecelagem e cujo preço justificava o monopólio régio omíada do seu comércio: «Sucede (na região) de Santarém: em certo momento do ano, (sai) do mar um mamífero (aquático) que se esfrega nas rochas das praias, desprendendo-se dele um velo, com a suavidade do veludo e a cor do ouro, que não se desgasta (com o tempo). É muito apreciado e escasso, sendo recolhido e tecido com ele vestuário que (à luz) do dia refulge (uma miríade de) cores. Os monarcas dos Banū Umayya detinham o seu exclusivo, não podendo ser levado (de lá) a não ser clandestinamente. Ascendia o valor (de cada um) desses vestidos a mil dinares, pela sua preciosidade e excelência.».

Tradicionalmente interpretada como referindo-se ao bivalve *Pinna nobilis*, a citação foi mais recentemente vista como aludindo ao velo deixado na praia pelas focas recém-nascidas<sup>134</sup>. Ora, a matéria-prima descrita coincide quase em absoluto com o que as fontes clássicas referem dos búzio-canilha *Murex brandaris* (*Bolinus brandaris*), cuja

<sup>129</sup> Cf. Rei (2007): 69 e nota 13.

<sup>130</sup> Cf. ‘Mappa Topografico das margens do rio Tejo, que por ordem de Sua Magestade, debaixo das ordens do Tenente Coronel Guilherme Elsdén se levantou nos anos de 1770 e 1771’, copiado do original, em 1779, pelo capitão engenheiro Joaquim de Oliveira e o ajudante Ricardo Franco de Almeida Serra, assistentes de Elsdén. Guilherme Elsdén foi um militar e engenheiro de origem anglo-germânica. Desconhecendo-se a data precisa em que chegou a Portugal, sabe-se que desde 1760 servia, sem ter patente, no Corpo de Engenheiros do Exército Português, tendo sido promovido, em 1763, a capitão de infantaria com exercício de engenheiro a sargento-mor e, em 1767, a tenente-coronel de infantaria com o posto de engenheiro. Entre os seus vários e diversificados trabalhos contam-se a elaboração de mapas cartográficos militares, que incluem roteiros de estradas, ‘Observações Trigonómicas ‘nos lugares de Buenos Aires, Ajuda e Belém (1767); levantamentos das lezírias do Ribatejo (1768-1771) e do Pinhal de Leiria (1769); obras em Alcobaça; e planta e levantamento geométrico do aqueduto das Águas Livres de Lisboa.

<sup>131</sup> A primeira referência às lezírias ribatejanas data de 1160. Cf. Azevedo (1958): 351.

<sup>132</sup> Cf. Saa (1957):47-49.

<sup>133</sup> Cf. Dias (2004): 63.

<sup>134</sup> Cf. Rei (2007): 62.

tinta era retirada (fosse por ‘ordenha’, fosse por coleta e esmagamento das conchas) para a coloração de tecidos<sup>135</sup>. Apesar de poderem ser encontrados sobre substratos rochosos (de onde lhe advém o nome *murex*), estes moluscos gastrópodes são sobretudo abundantes em zonas lodosas de estuários, onde durante o período reprodutivo se agregam em *clusters* de ovos. Durante as marés de maior amplitude, após a escorrência da água, os indivíduos ‘brotam’ do chão, espetando o seu canal sifonal fora da areia-vasosa, sendo assim que os pescadores a detetam com facilidade.

Como muitas outras espécies da família *Muricidæ*, estes búzios produzem uma secreção leitosa e sem cor quando fresca, mas que se transformava num corante poderoso e duradouro quando exposto ao ar. O corante avermelhado, produzido em vários tons, era muito apreciado na antiguidade, pois a cor não se desvanecia facilmente, tornando-se ao invés mais brilhante com intempéries e luz solar. Segundo o historiador Teopompo, do século IV a.C., «a púrpura para as tintas valia o seu peso em prata em Cólifon», na Ásia Menor. Estes custos transformavam os produtos têxteis que utilizavam a púrpura tíria (heb. *'rgmn*) em símbolos de status, e as antigas leis sumptuárias ditavam e até proibiram o seu uso. A produção dos animais que forneciam a tinta era controlada com rigor durante o Império Bizantino, e subsidiada pela corte imperial, que restringia seu uso para a pintura das sedas imperiais.

Os concheiros localizados junto às ribeiras de Vale da Fonte da Moça (Almeirim), de Muge e de Magos (Salvaterra) documentam um longo período em que o Tejo era um enorme braço de água salgada que banhava os povoados mesolíticos da região, determinando a sua dieta alimentar. A influência das marés na área dos concheiros parece ter-se prolongado até cerca de 4700 a. C, coincidindo o fim da ocupação mesolítica com o recuo do estuário devido à sedimentação aluvial holocénica<sup>136</sup>. Corresponderia alguma destas áreas do paleoestuário do Tejo ao local a fonte árabe faz referência? Será que aqui, tal como estuário do Sado (ex: Arapouco), existia uma zona de exploração tintureira de gastrópodes<sup>137</sup>?

Uma palavra final para a hidrologia do Tejo e seus reflexos na mentalidade dos habitantes locais.

---

<sup>135</sup> Cf. Reinhold (1995); Blázquez Martínez (2004); Zawadzki (2006); Caseau (2012); Guckelsberger (2013).

<sup>136</sup> Cf. Bicho *et alii* (2013).

<sup>137</sup> Soares (2013): 21. Recorde-se a propósito que apesar de não serem evidentes e esclarecedores os indícios relativos à possível produção de púrpura na Lusitânia romana, foram identificados na estação arqueológica de Cerro da Vila (Loulé) dois tanques de pequenas dimensões que terão sido usados na produção de púrpura. Também na *villa* romana de Casais Velhos (Cascais) existem vestígios de dois compartimentos com pequenas tinas, datáveis dos séculos III-VI, alegadamente utilizados na tinturaria de tecidos com recurso a conchas de *murex*. Cf. Bombico (2017): 105.

Como é sobejamente conhecido, toda a história da região baixo-tagana se encontra condicionada pelo binómio destruição/construção que as cheias proporcionavam, através da sedimentação periódica dos nateiros. A defesa dos terrenos marginais era assegurada pela construção de tapadas, marachas, canais e valados, que minimizavam os efeitos das cheias devastadoras ou travavam o passo a azielas prejudiciais. Porém, o fluxo periódico das ‘crescidas’ e sobretudo as razões encontradas pelos locais para o seu regime torrencial não se dessemelhavam certamente das que as fontes clássicas descrevem. Tito Lívio, por exemplo, assegura que em Roma «algumas pessoas testemunharam que a corrente da saída do Lago Albano era vermelho sangue»<sup>138</sup>. Luciano, por seu lado, descreve um «fenómeno incrível» verificado no actual rio Nahr Ibrahim, na região de Biblos: «Um rio, correndo do Monte Líbano, desagua no mar: o rio tem o nome de Adonis. Anualmente, de forma regular, é tingido com sangue e perde a sua própria cor antes de desaguar no mar: ele tinge o mar, numa área bastante grande, de vermelho, anunciando assim o tempo de luto aos habitantes de Biblos». E continua, explicando a razão do fenómeno que lhe foi dado por um nativo: «Este rio, meu amigo e convidado, passa pelo Líbano: ora o Líbano abunda em terra vermelha. Os ventos violentos que sopram regularmente naqueles dias trazem para o rio uma quantidade de terra avermelhada. É esta terra que transforma o rio em vermelho. E assim a mudança na cor do rio é devida, não ao sangue como eles afirmam, mas à natureza do solo.»<sup>139</sup>.

Como refere Dias (2004): 63, «as partículas grosseiras que chegam, via fluvial, ao mar, tendem a depositar-se na zona costeira, sendo redistribuídas ao longo do litoral pelos processos costeiros. As partículas finas, transportadas em suspensão, deslocam-se para mais longe da costa, sendo redistribuídas numa escala regional pelas correntes. Se a carga sedimentar em suspensão e o caudal hídrico são grandes e a agitação marinha é fraca, é frequente formarem-se frentes onde é possível distinguir bem o contacto entre as águas provenientes do rio (acastanhadas, com grande carga sedimentar em suspensão), e as águas marinhas (esverdeadas ou azuladas, com pequena carga sedimentar em suspensão)». Não terá a cor acastanhada dos sedimentos terrígenos das aluviões do Tejo contribuído para criar a lenda de Iria, como aconteceu noutras partes do Mediterrâneo?

<sup>138</sup> Tito Lívio, *História de Roma*, 27.11, § 3.

<sup>139</sup> Luc, *De dea Syria*, § 8, 47-48.

## BIBLIOGRAFIA

### Monografias

- AHMED, Kozad Mohamed (2012). *The beginnings of ancient Kurdistan (c. 2500-1500 BC): a historical and cultural synthesis*, Leiden University.
- ALBARRÁN, Manuel Terrón (1971). *El solar de los aftásidas*, Centro de Estudios Estremeños, Badajoz
- ALBUQUERQUE, Pedro Miguel de Araújo (2014). *Tartessos: a construção de identidades através do registo escrito e da documentação arqueológica*, dissertação de doutoramento em História, especialidade de Arqueologia apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- AZEVEDO, Rui Pinto de (1958-1962). *Documentos Medievais Portugueses. Documentos régios. Documents dos condes portucalenses e de D.Afonso Henriques (A.D. 1095-1185)*, Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2 tomos
- BACHVAROVA, Mary R. (2016). *From Hittite to Homer: The Anatolian Background of Ancient Greek Epic*, Cambridge University Press.
- BOISSELLIER, Stéphane (1999). *Naissance d'une identité portugaise. La vie rurale entre Tage et Guadiana de l'Islam à la Reconquête (Xe-XIVe siècles)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- BOMBICO, Sónia Alexandra Rupio (2017). *Economia marítima da Lusitânia romana: exportação e circulação de bens alimentares*, Tese apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de Doutor em História especialidade de Arqueologia, Évora.
- BRANDÃO, António (1725). *Monarchia Lusitana*, Parte 3º, Lisboa: na Officina Ferreyrianna.
- BRANDÃO, Zeferino (1883). *Monumentos e Lendas de Santarém*, Lisboa, David Corazzi-Editor.
- BRITO, Bernardo de (1602). *Chronica de cister: onde se contam as cousas principaes desta ordem, & muytas antiguidades do reyno de portugal: primeyra parte*, Em Lisboa: por Pedro Crasbeek.
- BRUNSWICK, H. (1910). *Dicionário da antiga linguagem portuguesa. Intercalado com grande número de vocábulos hodiernos de obscura significação*, Lisboa, Imprensa Lusitana.

- CELESTINO, Sebastián; LÓPEZ-RUIZ, Carolina (2016): *Tartessos and the Phoenicians in Iberia*, Oxford University Press, New York
- CALADO, Adelino de Almeida (1998). *Crónica de Portugal de 1419*, Aveiro: Universidade de Aveiro – Fundação João Jacinto de Magalhães.
- CONDE, Manuel Sílvio Alves (1996), Tomar Medieval. O espaço e os homens, Cascais, Patrimonia.
- COSTA, Avelino Jesus da (1972), *Santa Iria e Santarém. Revisão de um problema hagiográfico e toponímico*, *Revista Portuguesa de História*, Tomo XIV, Coimbra.
- CUSTÓDIO et alii (1996). *Património monumental de Santarém: inventário e estudo descritivo*, Câmara Municipal de Santarém
- DAVID, Pierre (1947). *Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe siècle*, Lisboa, Portugalia.
- DIAS, J. Alveirinho (2004). *A análise sedimentar e o conhecimento dos sistemas marinhos*, Universidade do Algarve, Faro.
- DESERTO, Jorge; PEREIRA, Susana da Hora Marques (2016). *Estrabão, Geografia. Livro III. Introdução, tradução do grego e notas*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Série DIAITA - Scripta & Realia
- EVANS, Craig A. (2003). *Jesus and the Ossuaries*, Baylor University Press
- GARCIA VILLADA, Zacarias (1919), *Catálogo de los Códices y Documentos de la Catedral de León*, Madrid: Imp. Clasica Espanola, 38-40.
- GETZ JR, James R. (2011). *Limited Engagement with the Divine: Rites of Temporary Cultic Transition in Ugaritic and Biblical Texts*, A Dissertation Presented to The Faculty of the Graduate School of Arts and Sciences Brandeis University Near Eastern and Judaic Studies.
- GUCKELSBERGER, Marianne (2013), *Purple Murex Dye in Antiquity*, Háskóli Íslands Hugvísindasvið Latína.
- HAYES, Evan; NIMIS, Stephen (ed.) (2013). *Lucian's, On the Syrian Goddess: a dual language edition*, Oxford: Faenum Publishing, 1ª ed.
- HERCULANO, Alexandre (1980). *História de Portugal desde o começo da monarquia até ao fim do reinado de Afonso III*, Amadora: Bertrand.
- HOWARD-JOHNSTON, James; HAYWARD, Paul Antony (1999). *The Cult of Saints in Late Antiquity and the Middle Ages: Essays on the contribution of Peter Brown*, Oxford
- HOYLE, Fred (1962). *Astronomy*. London: Rathbone Books Limited

- KHARYUSH, H. (1984). *Ibn Bassām wa-Kitābuhu l-Dhakhīra*, Amman.
- KHAN, Geoffrey (2008). *The Neo-Aramaic Dialect of Barwar*, Volume One: Grammar, Brill.
- KING, Philip J.; STAGER, Lawrence E. (2001). *Life in Biblical Israel*, Westminster John Knox Press.
- LENZI, Alan; STÖKL, Jonathan (2014), *Divination, politics, & ancient near eastern empires*, Society of Biblical Literature, Atlanta.
- MAKKI, El Rahib (2013). *Decomposition of hamito-semitic roots into their ultimate primeval components*, Bissan.
- MANTAS, Vasco Gil (1996). + *Braga*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2 vols.
- MATOSO, Luiz Montez (2011). *Santarém Ilustrada*, 2. ed., Santarém: Junta de Freguesia de Marvila
- MCELDUFF, Siobhán; SCIARRINO, Enrica (2014). *Complicating the History of Western Translation: the ancient mediterranean in perspective*, 2ª ed.
- MORAIS, Rui Manuel Lopes de Sousa (2004). *Autarcia e Comércio em Bracara Augusta no período Alto-Imperial: contribuição para o estudo económico da cidade*, Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Universidade do Minho, Braga
- MURTONEN, A. (1989). *Hebrew in Its West Semitic Setting: A Comparative Survey of Non-Masoretic Hebrew Dialects and Traditions. part one section Bb, C, D and E*, E.J. Brill, Leiden, New York, Kobenhavn, Koln
- MUTHESIUS, A. (1995). *Studies in Byzantine and Islamic Silk Weaving*, London.
- NASCIMENTO, Aires Augusto (2017). *Santa Iria. De virgem a mártir: memória fundante do nome de Santarém*, Centro de investigação Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão.
- NASRALLAH, Nawal (2011). *Dates: A global history*, 1ª ed. London: Reaktion Books
- OLIVEIRA-LEITÃO, André de (2011). *O povoamento no Baixo Vale do Tejo: entre a territorialização e a militarização (meados do século IX – início do século XIV)*. Dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- OLMO LETE, Gregorio del; Sanmartín, Joaquín (2015). *A Dictionary of the Ugaritic Language in the Alphabetic Tradition*, 2 vol., Brill, 3ª ed.
- OROZCO, Santiago Perez (2015). *La lengua de los baleáricos*, Tesis Doctoral presentada al Departamento de Filología Clásica, Facultad de Filologia, UNED

- REINHOLD, M. (1970). *The History of Purple as a Status Symbol in Antiquity*, Brussels.
- ROPERO, Alfonso (2010). *Mártires y Perseguidores. Historia general de las persecuciones (siglos I-X)*, Clie: Colección Historia.
- SAA, Mario (1957). *As grandes vias da Lusitânia o itinerário de antonino pio*, Lisboa: [s.n.], volume 1.
- SANTA MARIA, Agostinho de (1933). *Santuário mariano e história das imagens milagrosas de nossa senhora, e das milagrosamente aparecidas, em graça dos pregadores e dos devotos da mesma senhora*, 2ª ed. Lisboa: Miscelânea.
- SANTO, Moisés Espírito (1993). *Dicionário Fenício-Português*, 2ª ed., Lisboa.
- SILVA, Pedro Miguel Correia da (2015). *As Necrópoles da I Idade do Ferro do Baixo Alentejo – Contributo para o seu melhor conhecimento*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
- SOUSA, Elisa (2014). *A Ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo*. Estudos & Memórias. 7. UNIARQ. Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.
- SOUSA, Frei João de; MOURA, Frei Joze de Santo António (2004). *Vestigios da lingua árabe em Portugal*, 2ª ed. (Fac-simile), Lisboa Stökl, Jonathan (2012). *Prophecy in the Ancient Near East: A Philological and Sociological Comparison*, Culture and History of the Ancient Near East 56, Leiden: Brill.
- TAKÁCS, Gábor (2007), *Etymological Dictionary of Egyptian*, Volume Three: Brill.
- TOV, Emanuel (1999). *The Greek and Hebrew Bible: Collected Essays on the Septuagint*, Volume 72, Brill.
- VASCONCELLOS, Ignacio da Piedade e (1740). *História de Santarém Edificada*, Lisboa Occidental.
- VEIGA, Alexandre (2003). *Gramática e léxico em sincronia e diacronia: um contributo da linguística portuguesa*, Universidade Santiago de Compostela.
- VIANA, Mário (2007). *Espaço e povoamento numa vila portuguesa (Santarém, 1147-1350)*. Casal de Cambra/Lisboa, Caleidoscópio/Centro de História da Universidade de Lisboa, 2007
- VILLAR, Francisco (2000), *Indoeuropeos y no indoeuropeos en la Hispania prerromana*. Universidad de Salamanca.
- VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de (1798). *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos*

*que entre nós se conservam*, 1ª ed., Lisboa: Na officina de Simão Thaddeo Ferreira.

WHALEN, Brett Edward (2011). *Pilgrimage in the Middle Ages: A Reader*, University of Toronto Press.

ZAPKE, Susana (ed.) (2007). *Hispania Vetus. Manuscritos litúrgico-musicales. De los orígenes visigóticos a la transición francorromana (Siglos IX-XII)*, Fundación BBVA.

ZAWADZK, Stefan (2006). *Garments of the Gods: Studies on the Textile Industry and the Pantheon of Sippar according to the Texts from the Ebabbar Archive*, Academic Press Fribourg.

### Artigos

ABDELAZIZ, Mahdi e RABABEH, Shaher (2008). ‘The Terminology Used to Describe Tombs in the Nabataean Inscriptions and its Architectural Context’, *Levant: The Journal of the Council for British Research in the Levant*, Volume 40, 2008, vol. 40, nº 2, 177-183.

ALARCÃO, Jorge de (2001). ‘Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos)’, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 4, número 2, 293-349.

- (2002). ‘Scallabis e o seu território’, *De Scallabis a Santarém. Catálogo*, Lisboa.

ARRUDA, Ana (2002). ‘A Alcáçova de Santarém e os fenícios no estuário do Tejo’, *De Scallabis a Santarém. Catálogo*, Lisboa, 29-35.

ARRUDA, A. M.; SOUSA, E., PIMENTA, J.; MENDES, H.; SOARES, R. (2014). ‘Alto do Castelo’s Iron Age occupation (Alpiarça, Portugal)’. *Zephyrus. Revista de Prehistoria y Arqueología*, LXXIV (Julio-diciembre 2014), Universidad de Salamanca, 143-155.

AUNE, David E.; OPPERWALL, Nola J. (1995). ‘Medium’, *The International Standard Bible Encyclopedia*, Geoffrey W. Bromiley (ed.), Volume 3, Wm. B. Eerdmans Publishing, 306-307.

BARATA, José Henriques (1955). ‘Santarém e Scalabis, uma tese revolucionária’, *Vida Ribatejana*, Lisboa : [s.n.].

BARROCA, Mário Jorge (2001). ‘O Aron de Castelo Mendo: um novo testemunho sefardita na Beira Interior’, *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, I, Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 183-198.

- BARROS, L.; CARDOSO, J. L.; SABROSA, A. (1993). 'Fenícios na Margem sul do Tejo. Economia e integração cultural do povoado do Almaraz – Almada', *Estudos Orientais IV - Os Fenícios no território Português*. Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova de Lisboa, 1993, 143-182.
- BEAL, Richard H. (2002), 'Dividing a God', *Magic and Ritual in the Ancient World*, ed. Paul Allan Mirecki e Marvin W. Meyer, Leiden, Brill, 197-208
- BENITO GOERLICH, Daniel (2009). 'La huella borrosa del islam'. *La ciudad de Valencia: historia, geografía y arte de la ciudad de Valencia*, coord. por Jorge Hermsilla Pla, Vol. 2, (Geografía y arte), 281-289.
- BICHO, Nuno; PEREIRA, Telmo; GONÇALVES, Célia; CASCALHEIRA, João; MARREIROS, João; DIAS, Rita (2013). 'Os últimos caçadores-recolectores do vale do Tejo: novas perspectivas sobre os concheiros de Muge', *Setúbal Arqueológica*, volume 14 (*Pré-História das Zonas Húmidas – paisagens de Sal*), coord. Joaquina Soares, MAEDS/ADS - Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal/Assembleia Distrital de Setúbal & SIMARSUL, S.A., 57-68.
- BIRKS, Kelly Nelson (2009). *The Daniel Prophecy*, Xlibris Corporation.
- BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, José María (2004). 'La explotación de la púrpura en las costas atlánticas de Mauritania Tingitana y Canarias. Nuevas aportaciones', *Anuario de Estudios Atlánticos* 50, 689-704.
- BLOOM, Jonathan M. e Blair, Sheila S. 'Palace', *The Grove Encyclopedia of Islamic Art and Architecture*, Oxford University Press, 2009, p. 98.
- BOUROGIANNIS, Georgios (2013). 'The sanctuary of Ayia Irini: looking beyond the figurine', *Pasiphae. Rivista di Filologia e antichità Egee*, VII, 35-46.
- BUTTS, Aaron Michael (2011). 'Reduplicated Nominal Patterns in Semitic', *Journal of the American Oriental Society*, 131.1, 83-108.
- CARDOSO, G.; Encarnação J. d' (2013). 'O povoamento pré-romano de Freiria – Cascais', *CIRA Arqueologia*, N.º2, 133-180.
- CARDOSO, J. L. (1990). 'A Presença Oriental no Povoamento da I Idade do Ferro na região ribeirinha do estuário do Tejo', *Estudos Orientais I*. Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova de Lisboa, 119-134.
- CASEAU, Beatrice (2012), «Purple (dye, textile)», *The Encyclopedia of Ancient History*, ed. Roger S. Bagnall, Kai Brodersen, Craige B. Champion, Andrew Erskine, and Sabine R. Huebner, Malden, MA : Wiley-Blackwell

- CHAVES, Luís (1951). «As antas de Portugal. Nomes populares, regionais e locais; influência exercida na toponímia, aproveitamento utilitário; cristianização; tradições e lendas», in *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Nova série: 1, 95-115.
- CLEMENTS, R.E. (1990). ‘Yārēah’, *Theological Dictionary of the Old Testament*, Volume 6, G. Johannes Botterweck, e Helmer Ringgren (ed.), William B. Eerdmans Publishing, 355-361
- COLLINS, B.J. (2002). ‘Necromancy, Fertility and the Dark Earth: The Use of Ritual Pits in Hittite Cult’, *Magic and Ritual in the Ancient World*, ed. Paul Allan Mirecki e Marvin W. Meyer, Leiden, Brill, 224–242
- CONDE, Manuel Sílvio Alves (1999), ‘Toponímia árabe de Shantarín’, *Media Aetas*, Ponta Delgada, 2, 119-126.
- COOLEY, Jeffrey L. (2011), ‘Astral Religion in Ugarit and Ancient Israel’, *Journal of Near Eastern Studies*, vol. 70, nº 2, 281–87.
- (2012), «Celestial Divination in Ugarit and Ancient Israel: a reassessment», *Journal of Near Eastern Studies*, Vol. 71, nº 1, 21-30.
- CUNCHILLOS Illari, J.L. (2000). ‘Nueva etimología de la palabra "Hispania"’, *Actas del IV Congreso Internacional de estudios fenicios y púnicos*, M.<sup>a</sup> E. Aubet; M. Barthélemy (eds.), Cádiz, 2 al 6 de octubre de 1995, Vol. I. Cádiz: SPUC, 217-225.
- CUSTÓDIO, Jorge (2002), ‘O Tejo e Santarém’, *De Scallabis a Santarém. Catálogo*, Lisboa.
- DESWARTE, T. (2013). ‘Polygraphisme et mixité graphique. Note sur les additions d’Arias (1060-1070) dans l’Antiphonaire de León’, *Territorio, Sociedad y Poder*, 8, 67-84.
- DÍAZ Y DÍAZ, M. C. (2007). ‘Some Incidental Notes on Music Manuscripts’, *Hispania Vetus. Manuscritos litúrgico-musicales. De los orígenes visigóticos a la transición francorromana (Siglos IX-XII)*, Fundación BBVA, 93-112.
- DIOGO, A. M. Dias (1982). ‘A propósito de Moron. Estudo de alguns documentos provenientes dos Chões de Alpompe (Santarém)’, em *Clio-Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, vol. 4, Lisboa, 147-152.
- FABIÃO, Carlos; Pereira, Teresa Rita; Pimenta, João (2015). ‘Coleção de metais do sítio arqueológico dos Chões de Alpompe – Santarém’, *Cira Arqueologia*, Nº 4, 110-150.

- FERREIRA, Guilherme Luís Santos (2002), 'A escrita hierática dos judeus revelada pela interpretação das inscrições ibéricas', *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Mafra*, 121-201.
- FRANCO, Matilde Sousa (1983). 'William Elsdén – importância dos seus 'riscos das obras da universidade de coimbra''. *Elementos inéditos sobre a sua vida e actividade*, *Estabelecimentos fundados na Universidade de Coimbra por Ordem de S. Mag.e que Deos tem, para as Observações, Experiencias, e Demonstrações das Sciencias Naturaes e Para a Tipographia Academica; Restabelecimento do Collegio das Artes; e concertos, reparos, e comunicação interior dos Paços Reaes das Escolas* (fac-simile), Coimbra: Museu Nacional de Machado de Castro.
- GARCÍA CARDIEL, Jorge (2008), 'Pozo Moro. La construcción de una identidade en el mundo íbero', *Arqueoweb. Revista sobre arqueologia en internet*, 10.
- GARCÍA-GELABERT Pérez M. Paz; BLÁSQUEZ MARTINEZ, J. M. (1993). 'Oretania entre los siglos VI-III a. C.', *Lengua y Cultura en la Hispania Prerromana. Actas del V coloquio sobre lenguas e culturas prerromanas de la Península Ibérica (Colonia 25-28 Noviembre de 1989)*, ed. por Jünger Untermann e Francisco Villar, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 91-110.
- GOMES, Saul António (2015). 'D. Gualdim Pais (c. 1118/20-1195)', *População e Sociedade*, CEPESE, Porto, vol. 23, 11-23.
- GONÇALVES, David; DUARTE, Cidália; COSTA, Cláudia; MURALHA, João; CAMPANACHO, Vanessa; COSTA, Ana Maria; ANGELUCC, Diego E. (2010). 'The Roman cremation burials of Encosta de Sant'Ana (Lisbon)', *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 13, 125–144.
- GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, Julián (2014). 'Inscripción romana del yacimiento de Gibalbín (Cádiz) con indicación de su condición de municipio', *SPAL* 23, 191-196.
- GONÇALVES, Luís Jorge. 'Santuário do Endovélico: espaço de encontro de indígenas e romanos'
- GUILHERME, José (1982). "Santa Iria - influências da escola renascentista coimbrã em Tomar, *Boletim Cultural e Informativo da Câmara Municipal de Tomar*, nº 4, Tomar, 1982, 11-57
- GREENFIELD, Jonas C. (2001). 'The root šql in Akkadian, Ugaritic and Aramaic', *'Al Kanfei Yonah*, volume II, Israel, 731-733 [reedição de Ugarit-Forschungen, 11 (1979)]

- HEALEY, J. F. (1999). 'Ilib', *Dictionary of Deities and Demons in the Bible*, Karel van der Toorn, Bob Becking e Pieter Willem van der Horst (ed.), Brill, 2ª ed, 447-448.
- HENDEL, Ronald S. (1997). 'Aniconism and anthropomorphism in ancient Israel', *The Image and the Book*, 205-228. Herrmann, W. (1999). 'Baal', *Dictionary of Deities and Demons in the Bible*, Karel van der Toorn, Bob Becking e Pieter Willem van der Horst (ed.), Brill, 2ª ed., 132-138.
- HOCK, Philine Kalbe Martin (1988). 'Moron', *Conimbriga*, 27, Coimbra, 189-201
- HOFFNER, H. (1967). 'Second Millennium antecedents to the Hebrew 'ôb', *Journal of Biblical Literature* 86, 385-401.
- KHAWLI, Abdallah (2001). 'Le Ġarb al-Andalus à l'époque des secondes taifas (539-552/1144-1157)', *Arqueologia Medieval*, nº 7 (abril 2011), Mértola, 23-35.
- KELLY-BUCCELLATI, M. (2005). 'Introduction to the Archeo-Zoology of the ĀBI', *Studi Micenei ed Egeo-Anatolici* 47, 61-66.
- LAPIEDRA, Eva (2012). 'El ardid de la escala nocturna y el engano a los vigías: posible origem almohade de un pasage de la toma de Santarém y la leyenda de Giraldo Sem Pavor', *Hesperia, Culturas del Mediterráneo*, Mayo, 69-100.
- LE GOFF, Jacques (1996). 'As ordens mendicantes', *Monges e Religiosos na Idade Média*, apresentação de Jacques Berlioz, Lisboa: Terramar, 1996, 227-241.
- LÉVI-PROVENÇAL, E. (1986). 'Abd al-Raḥman b. Marwān', *The encyclopaedia of Islam*, volume I (A-B), 4ª ed., Brill, 85.
- LIBERATO, Marco (2012). 'Novos dados sobre a paisagem urbana da Santarém medieval (séculos V-XII): a necrópole visigoda e islâmica de Alporão', *Medievalista* [Em linha]. Nº11, (Janeiro - Junho 2012).
- LOPES, David (1921-22). 'Toponímia árabe de Portugal', *Revista Lusitana*, nº 24, Lisboa.
- MATA, Luís (2007). 'O «cais» de Santa Iria', *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, [S.l.], Ano VI, n. 11 (O budismo: uma proximidade do Oriente), Edições universitárias Lusófonas, 271-293.
- MACHADO, José Pedro (1993). 'Santarém', *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, terceiro volume (N-Z), 2ª ed., Lisboa: Livros Horizonte, 1309-1310.
- (1993). 'Tamarma', *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*, terceiro volume (N-Z), 2ª ed., Lisboa: Livros Horizonte, 1381.

- MANTAS, Vasco Gil (2012). ‘A estrada romana de Olisipo a Scallabis.Traçado e vestígios’, *Cira Arqueologia, nº1: Atas da mesa redonda: De Olisipo a Ierabriga*, Museu Municipal de Vila Franca de Xira, 7-23.
- MATALOTO, Rui (2007). ‘Paisagem, memória e identidade: tumulações megalíticas no pós-megalitismo alto-alentejano’, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 10, número 1, 123-140.
- MELENA, J. L. (1984). ‘Una ara votiva romana en el Gaitán, Cáceres’, *Veleia* 1, 233-259.
- NASCIMENTO, Aires Augusto (2014), ‘Lenda de Santa Iria. De virgem a mártir (a dificuldade de retomar os tempos que se atrasam)’, *Estudios de filología e historia en honor del profesor Vitalino Valcárcel / coord. por Iñigo Ruiz Arzalluz; Alejandro Martínez Sobrino (ed. lit.), María Teresa Muñoz García de Iturrospe (ed. lit.), Iñaki Ortigosa Egiraun (ed. lit.), Enara San Juan Manso (ed. lit.), Vitalino Valcárcel Martínez (hom.)*, Vol. 2, 751-779
- (2005). ‘O júbilo da vitória: celebração da tomada de Santarém aos mouros (A.D. 1147, estudo, edição do texto latino e tradução portuguesa)’, *X Congrés Internacional de l’Associació Hispànica de literatura medieval*, coord. Rafael Alemany, Josep Lluís Martos e Josep Miquel Manzanaro, Institut Interuniversitari de Filologia Valenciana «Symposia Philologica», 12, Alacant, 2005, volume III, 1217-1232.
- NEKHRIZOV, Georgi; Tzvetkova, Julia (2012). ‘Ritual pit complexes in Iron Age Thrace: the case study of Svilengrad’, *The proceedings of the Seventh Anatolian Iron Ages Colloquium Held at Edirna, 19-24 April 2010*, A. Çilingiroghu e A. Sagone (ed.), *Ancient Near Eastern Studies, Supplement 39*, Leuven:Peeters, 177-209.
- NETO, Nuno M.; REBELO, Paulo M., RIBEIRO, Ricardo Ávila; ROCHA, Miguel; ZAMORA LÓPEZ, José Ángel (2016). ‘Uma inscrição lapidar fenícia em Lisboa’, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Volume 19, 123-128.
- OLEIRO, J. M. Bairrão (1956). ‘Santarém veio de Scalabis ou é descendente de Moron?’, em *Correio do Ribatejo*, 24 de Novembro de 1956.
- OLIVEIRA, Catarina; ROCHA, Leonor e Silva, C. Marciano (2007). ‘Megalitismo funerário no Alentejo Central — arquitectura e orientações: o estado da questão em Montemor-o-Novo’, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 10, número 2, 35-74

- PIMENTA, João; MENDES, Henrique (2015). ‘Casal dos Pegos e o Povoamento Orientalizante do Rio da Silveira (Vila Franca de Xira)’, *Cira Arqueologia*, Nº 4, 19-54.
- PONTE, Salete da, ‘Tomar Islâmica do Gharb al-Andalus: a alcáçova e arredores’. *Al-Madan Online / Adenda Electrónica*. IIª Série. 15 (2007): XIII
- RECHT, Laerke (2014), ‘Perfume, women and the underworld in Urkesh: exploring female roles through aromatic substances in the Bronze Age Near East’, *Journal of Intercultural and Interdisciplinary Archaeology*, Press UP, 11-24.
- REI, António (2005). ‘Santarém e o vale do Tejo na geografia árabe’, *Arqueologia Medieval*, nº 9, Edições Afrontamento, 61-76
- ROLLAND, Jean-Claude (2016), «L’idiot du village: une étude de la racine بld», SELEFA nº 5 de juin 2016, disponível em: [http://www.selefa.asso.fr/AcLettre\\_05.htm](http://www.selefa.asso.fr/AcLettre_05.htm)
- SIDARUS, Adel (2005), ‘Arabismo e traduções árabes em meios luso-moçárabes: breves apontamentos). *Collectanea Christiana orientalia*, 2, Córdoba, 2005, 207-224.
- (2007). ‘Shantarîn/Santarém, fronteira ambivalente islamocristã’, *Santarém na Idade Média. Actas do Colóquio, 13 a 13 de Março de 1998*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 319-335.
- ‘Šantarîn ou Santarém à l’époque arabo-islamique’ (inédito).
- SOARES, Joaquina (2013). ‘Caçadores-recolectores semi-sedentários do Mesolítico do paleoestuário do Sado (Portugal)’, *Setúbal Arqueológica*, volume 14 (*Pré-História das Zonas Húmidas – paisagens de Sal*), coord. Joaquina Soares, MAEDS/ADS - Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal/Assembleia Distrital de Setúbal & SIMARSUL, S.A, 13-56.
- SOURDEL, D. ‘Balāt’, *The Encyclopaedia of Islam*, Volume I (A-B), Leiden, E. J. Brill, 4ª ed., 1986, 987.
- TAVARES, A. A. (1974), ‘Influência do hebraico na língua portuguesa: algumas anotações’, *Didaskália* IV, 237-244.
- VILAÇA, R.; ARRUDA, A. M. (2004). ‘Ao longo do Tejo, do Bronze ao Ferro’, *Conimbriga*. Coimbra. 43, 11-45.
- ZAMORA LÓPEZ, José Ángel (2014). ‘Palabras fluidas en el extremo Occidente. Sobre un nuevo grafito fenicio, hallado en la desembocadura del Tajo, que recoge un posible topónimo local’, *Homenaje a Ricardo Olmos, Per speculum in aenigmate: Miradas sobre la Antigüedad*, P. Bádenas de la Peña, P. Cabrera Bonet, M.

Moreno Conde, A. Ruiz Rodríguez, C. Sánchez Fernández, T. Tortosa Rocamora (eds.), *Anejos de Erytheia, Estudios y Textos 7*, ACHH, Madrid, 306-314.

ZOBEL, Hans-Jürgen (1997). ‘<sup>a</sup>rôn’. *Theological Dictionary of the Old Testament*, G. Johannes Botterweck e Helmer Ringgren (ed.), Michigan: William B. Eerdmans Publishing Co, Volume I, 363-374.